



CURSO DE TEOLOGIA
DISCIPLINA: APOLOGÉLICA

Rua: Henrique de Melo, nº238.

Nossa Senhora da Penha – Serra Talhada – PE

E-mail: contato@fainte.com.br – Site: www.fainte.com.br

CONCEITO GERAL DE APOLOGÉTICA

1.1. Definição

A apologética é a ciência ou disciplina racional que se esforça por apresentar a defesa da fé religiosa, existindo dentro e fora da Igreja cristã. O termo é usado em contraste com polêmica, que é um debate efetuado entre cristãos a fim de determinar a verdadeira posição cristã sobre alguma questão específica. Presumivelmente, a apologética aborda questões defendidas por alguma fé religiosa específica, como o cristianismo, mas que são negadas pelos incrédulos. No uso comum, a palavra é usualmente empregada para indicar a defesa do cristianismo. Positivamente, a apologética tenta elaborar e defender uma visão cristã de Deus, da alma e do mundo, uma visão apoiada por raciocínios reputados capazes de convencer os não cristãos da veracidade das doutrinas envolvidas. Negativamente, trata-se de um esforço para antecipar possíveis pontos de ataque defendendo as doutrinas cristãs contra tais ataques. A palavra. O termo vem do grego, apologia, “defesa”, uma resposta ao ataque (At 26.1; 1Pd 3.16). O famoso diálogo de Platão, a Apologia, expõe a defesa de Sócrates diante de seus acusadores.

Base bíblica. Alguns fazem oposição a qualquer defesa da fé cristã, supondo que o conhecimento da verdade por meio da revelação é perfeito, e não requer qualquer raciocínio humano em sua defesa. Porém, a idéia que a revelação, coada por mentes humanas, é perfeita, capaz assim de produzir um perfeito corpo de verdades conhecidas, não passa de um dogma formulado pelo homem, e não uma doutrina da própria Bíblia. De fato, essa idéia é uma apologia em favor de um dos modos de se obter conhecimento. Em qualquer instância em que algum argumento é apresentado nas Escrituras, não diretamente alicerçado sobre algum texto de prova, dentro da Bíblia, é uma apologia dentro dos livros sacros. Tomemos como exemplo o primeiro capítulo da epístola aos Romanos. Paulo mostra a culpa e a impossibilidade de defesa dos pagãos, diante da mente divina. Ele erige uma apologia em favor de certas idéias básicas, e muitos capítulos das epístolas de Paulo podem ser encarados por esse prisma.

Motivos bíblicos em favor da apologética. 1) O trecho de 1Pd 3.15 faz esta declaração direta. “... estando sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós”. Fica entendido que tal resposta conterà raciocínios acerca da fé, e não apenas textos de prova extraídos da Bíblia. 2) Segundo salientamos acima, no Novo Testamento há muita apologia, e em certo sentido, o próprio volume sagrado é uma apologia em prol da nova religião, em

conflito com o antigo judaísmo e com o paganismo. O cristianismo enfrentou um sistema helenizador, no qual a filosofia tinha grande peso. No décimo sétimo capítulo de Atos, Paulo não hesitou em apelar diretamente à apologética, utilizando argumentos filosóficos, procurando convencer os atenienses. O evangelho de Lucas é uma apologia escrita para um oficial romano, a fim de procurar conquistar posição oficial para a nova fé, fazendo assim estacar a perseguição. "... para que tenhas plena certeza das verdades em que foste instruído" (Lc 1.4). Essa era a certeza que Lucas procurou transmitir aos seus leitores.

As próprias denominações cristãs são atividades apologéticas. Alguns têm imaginado que a apologia é uma espécie de "ausência de fé", e não de defesa de fé. Tais pessoas partem do pressuposto que a fé não precisa ser defendida. Mas com isso olvidam-se que os homens interpretam a fé das mais variadas maneiras. Qual é a fé que não precisa ser defendida? Se alguém retrucar que é a fé bíblica, devemos lembrar que as denominações que se utilizam a Bíblia como autoritária estão longe de concordar com a natureza exata da fé que emerge das páginas da Bíblia. Muito mais se verifica quando saímos para fora das fronteiras da igreja cristã e conversamos com incrédulos bem-informados acerca da "fé". Eles têm informações suficientes para saber que tal fé, em qualquer forma que ela assuma, tem tal forma precisamente por causa de uma apologia por detrás da mesma que caracteriza alguma denominação particular. Cada denominação tem sua própria apologia que dá forma às suas doutrinas e ao seu sistema, a despeito da reivindicação de que aquilo que é exposto é apenas a fé bíblica. Esses fatos não anulam nem a fé e nem a verdade, mas requerem uma cuidadosa apologia a respeito da fé, examinando-a, definindo-a e promovendo-a. A natureza do conhecimento força-nos a apelar para a apologética. O conhecimento não tem uma única origem. Antes, pode ser adquirido por estes meios: 1) A observação empírica, baseada nos sentidos; 2) a intuição, visto que o homem é um ser que tem ciência, e que mesmo sem investigação sabe de certas coisas, tal como sucede com Deus; 3) a razão, com a qual o homem foi dotado, pode penetrar em enigmas e desencavar a verdade, à parte da experiência prática ou empírica formal; 4) a revelação, que é conhecimento outorgado como dom de Deus. A revelação é uma subcategoria do misticismo. Deus dá conhecimento por meio de homens santos, através de visões, profecias, sonhos, etc. (experiência mística), reduzidas à forma escrita, tornando-se um Livro Sagrado. Tudo isso se sucede, mas o conhecimento é mais amplo do que isso, derivando-se de mais de uma direção. Ademais, a razão e a intuição nunca cessam de examinar o conhecimento que nos chega através da revelação, porquanto há revelações incompletas, havendo até mesmo revelações que não são válidas. Em outras palavras, na busca pela verdade, precisamos de muitas fontes, de muitos meios. O fato de que o conhecimento chega até nós através de grande diversidade de meios, demonstra a nossa necessidade de uma apologia mediante a qual possamos testar,

avaliar e defender a verdade. Ver os artigos separados como o empirismo, a intuição, o racionalismo, o misticismo e conhecimento, fontes de. O palácio do conhecimento tem muitas portas e janelas através das quais as informações entram e saem. Limitar esse palácio a uma única porta (a revelação, e a fé baseada na revelação) é contar com unia casa muito estranha, de fato.

1.2. Visão Histórica da Apologética

Deve-se entender desde o princípio que a apologética necessariamente envolve o investigador na filosofia, formal e erudita, ou popular e individualista. Assim é que, quando alguém começa a apresentar um argumento baseado em raciocínio, já está falando como um filósofo, quer queira quer não queira. Tertuliano conhecia a filosofia, e usava argumentos filosóficos contra os filósofos incrédulos. Portanto, ele era um filósofo que argumentava contra a filosofia. Porém, se descrevermos pontos de vista históricos relativos à apologética, para todos os propósitos práticos isso equivalerá a descrever aquilo que vários pais da Igreja e cristãos posteriores pensavam sobre a filosofia. Quanto mais uma pessoa distanciar-se da filosofia, menos valor dará à apologética, como uma atividade legítima para os cristãos.

1) Tertuliano. Supunha que a filosofia é produto da mente pagã, e conseqüentemente, inútil para defender a fé cristã. Isso equivale a ignorar: a) a base bíblica da apologética; e b) que não há razão pela qual não possa haver uma atividade filosófica cristã. Se a razão vem da parte de Deus, e se alguém a usa de maneira sistemática, já estará agindo como um filósofo, utilizando-se de um dom divinamente outorgado. Podemos evitar os abusos. Houve pais latinos, como Arnóbio, Lactâncio e outros que seguiram a idéia de Tertuliano.

2) Os pais alexandrinos. Clemente, Orígenes etc. Proposital e habilidosamente eles usavam a filosofia platônica e estoica para dar à fé cristã uma expressão filosófica. A filosofia pode aguçar os conceitos teológicos. Qualquer pessoa que tenha estudado Filosofia pode usá-la para definir, aclarar e aprimorar seus conhecimentos teológicos. Um teólogo que tenha estudado filosofia pode tornar-se um melhor teólogo. Podemos evitar os abusos.

3) Agostinho ensinava que a filosofia é uma criada útil que pode ser empregada em favor da fé religiosa, esclarecendo-a e defendendo-a.

4) Tomás de Aquino foi um apologeta refinado. Sua obra *Suma contra Gentiles* defendeu a fé cristã contra a maneira materialista e não-espiritual como certos filósofos árabes (como Averróis), utilizavam a filosofia de Aristóteles. A apologética de Tomás de Aquino foi tão bem-sucedida que se transformou em uma força dominante durante séculos, na Igreja ocidental.

5) Os ataques desfechados por deístas e racionalistas contra a fé cristã produziram apologetas modernos como o bispo Joseph Butler, da Igreja anglicana. Sua famosa obra, *Analogia da Religião*, é uma obra apologética.

6) Karl Barth e sua escola (início e meados do século XX) tomaram uma posição negativa em relação à apologética, argumentando que tal atividade reflete uma espécie de “falta de fé”, porquanto a fé não requereria defesa, por não estar alicerçada sobre a razão humana e a filosofia. Porém, ao expressar-se assim, Barth fazia a apologia de seu ponto de vista particular do conhecimento e da fé. Muitas pessoas, outrossim, não tinham certeza se a fé de Barth era adequada, ou representasse qualquer acúmulo considerável de verdade, pelo que se tornou necessária toda a forma de atividade apologética para esclarecer as coisas.

7) Rudolf Bultmann resolveu redefinir a *kerigma* (pregação) do Novo Testamento, erigindo uma apologética elaborada a fim de levar avante o seu propósito. Alguns pensam que ele chegou a ponto de querer satisfazer todas as categorias do pensamento moderno, assim debilitando a mensagem que vem mediante a revelação, ao admitir dúvidas demais e ao promover revisões evidentemente desnecessárias.

Quando a Igreja enfrenta os ataques dos ateus, dos agnósticos, dos empiristas radicais, dos positivistas, dos relativistas, então torna-se mister que a apologética continue sendo considerada um ramo da teologia cristã. Nunca é bastante dizer “fé somente”, porque a própria fé é definida por uma atividade apologética, consciente ou inconscientemente.

1.3. Apologetas (Apologistas)

O termo é usado para falar sobre aqueles pais da igreja cujas obras tiveram o intuito de defender a fé e a Igreja cristã contra os ataques. Esses ataques eram lançados pelo judaísmo, pelo paganismo, pelo estado, e também pela filosofia grega de várias escolas. Como é óbvio, muitos cristãos subseqüentes e contemporâneos podem ser

chamados apologetas. Ver o artigo intitulado, Apologética, onde isso é demonstrado sob o título: Visão histórica da apologética. Mas, quando usamos as palavras “os apologetas”, estas indicam os primeiros pais da Igreja que se atarefaram nessa atividade.

1) Temos a pregação de Pedro, proveniente do século II d.C., de autor desconhecido, que defendeu o cristianismo diante do judaísmo e do paganismo. Teve larga distribuição e tornou-se parte do livro de Aristides (que descrevemos abaixo). Nesse livro, os crentes são denominados “terceira raça”. Mas foram preservados apenas alguns fragmentos.

2) Mais ou menos da mesma época, temos o livro chamado Quadratus, escrito em defesa do cristianismo contra os abusos do estado romano. Foi apresentado ao imperador Adriano, na esperança de obter melhor tratamento para os cristãos, por parte das autoridades romanas. O livro foi escrito em Atenas, cerca de 125 d.C. Apenas uma sentença do mesmo foi preservada para nós.

3) Aristides defendeu o cristianismo contra o paganismo. Ele era ateniense e escreveu em cerca de 147 d.C. Sua apologia foi endereçada ao imperador Antônio. A “raça” cristã é ali chamada de raça superior e digna de tratamento humanitário. A obra desapareceu, excetuando uma tradução siríaca e uma reprodução livre, no grego, no romance medieval de Barlaã e Joasafe. A obra ataca as formas de adoração entre os caldeus, os gregos, os egípcios e os judeus, exaltando o cristianismo acima dessas formas, tanto quanto à própria adoração quanto à moral.

4) Justino Mártir. Sua apologia (escrita cerca de 150 d.C.) foi endereçada a Adriano e a Marco Aurélio. Tomava a posição de que a filosofia grega, apesar de útil, era incompleta, e que esse produto não terminado é aperfeiçoado e suplantado em Cristo e Sua revelação. Para Justino, o cristianismo era a verdadeira filosofia. A filosofia grega era encarada sob a mesma luz que a lei judaica - precursora de algo superior.

5) Aristo, meados do século II d.C., de Pela, na Peréia, escreveu um livro que não chegou até nós, mas que, de acordo com Orígenes, mostrava que as profecias judaicas cumpriram-se em Jesus. Justino fez uso dessa apologia em sua obra.

6) Atenágoras, fins do século II d.C., escreveu contra o paganismo, o estado romano e a filosofia grega. Endereçou seu livro a Marco Aurélio, esperando poder melhorar o tratamento conferido aos cristãos. Essa obra incluía argumentos em prol da ressurreição dos mortos.

7) Taciano, discípulo de Justino Mártir, exibiu considerável antagonismo contra a filosofia grega, em seus argumentos em prol da superioridade do cristianismo.

8) Teófilo de Antioquia, que escreveu um pouco mais tarde, seguiu o caminho trilhado por Taciano.

9) Minúcio Félix (fins do século II ou começo do século III d.C.), em contraste com Taciano, procurou demonstrar que os cristãos são os melhores filósofos; quando os filósofos são bons, parecem-se mais com os cristãos.

10) Tertuliano (falecido no século III d.C.) atacou a filosofia com argumentos filosóficos, e os filósofos nunca o perdoaram por esse motivo. Ele atacou a substância e o espírito da filosofia grega, bem como o gnosticismo e o paganismo em geral. Considerava a filosofia produto da mente pagã, julgando-a inútil como apoio à fé. Exaltava a fé na revelação, mas falhou quando não percebeu que a fé e a filosofia devem ser sujeitas à pesquisa da razão, a fim de que o falso seja separado do verdadeiro, e que o verdadeiro seja mais bem compreendido.

11) Irineu, bem como seu discípulo, Hipólito, defendeu o cristianismo contra os gnósticos, muito poderosos na sua época. Ver o artigo sobre o gnosticismo. Sua obra principal nessa linha foi Contra as Heresias (cerca de 180 d.C.). O original grego se perdeu, excetuando fragmentos, preservados nos escritos de Hipólito, Eusébio e Epifânio. Todavia, a obra foi preservada inteira em uma tradução latina. Trata-se da mais completa declaração acerca das fantasias gnósticas. Sua exposição pode ser chamada de primeira exposição sistemática das crenças cristãs. Irineu foi um dos mais influentes cristãos da Igreja antenicensa.

12) Arnóbio (300 d.C.) tinha a filosofia e a razão humana em baixo conceito. Atacou a idéia platônica da preexistência da alma e defendeu o criacionismo (ver o artigo a respeito). Sua obra principal é *Adversus Gentes*.

13) Lactâncio e Eusébio de Cesárea (III e IV séculos da era cristã) deram continuação à tradição apologética, exaltando o cristianismo em face do paganismo e do judaísmo. Eusébio foi um origenista da segunda geração, decidido aderente da teologia filosófica do Logos, embora tivesse várias idéias não-ortodoxas acerca da divindade de Cristo. Sua principal contribuição é a sua *História Eclesiástica*. Suas obras apologéticas, embora de menor valor, encontraram lugar na história literária cristã. (B C E EP P).

1.4. Escolas Históricas

No decurso da história cristã, a apologética tem adotado vários estilos. Poderíamos dividi-los em duas classes gerais: a subjetiva e a objetiva.

1.4.1. A Escola Subjetiva

Esta inclui grandes pensadores, tais como Lutero, Pascal, Lessing, Kierkegaard, Brunner e Barth. Geralmente expressam a dúvida de que o descrente possa ser “levado a crer através de argumentos”. Ressaltam pelo contrário, a experiência pessoal impar da graça, o encontro interior e subjetivo com Deus. Tais pensadores raramente têm reverente temor da sabedoria humana. Mas, pelo contrário, de modo geral rejeitam a filosofia tradicional e a lógica clássica, e ressaltam o trans-racional e o paradoxal. Pouco lhes importa a teologia natural e as provas teístas, principalmente porque sentem que o pecado cegou de tal maneira os olhos do homem que o seu raciocínio não pode funcionar de modo apropriado. Segundo a metáfora de Lutero, a razão é uma meretriz.

Pensadores da escola subjetiva apreciam fortemente o problema da averiguação. Lessing falou em nome de muitos deles quando ressaltou que “as verdades acidentais da história nunca poderão se tornar à prova de verdades necessárias da razão”. O problema de se passar de fatos contingentes (isto é, possivelmente falsos) da história para a certeza religiosa interior profunda tem sido chamado “o fosso de Lessing”.

Kierkegaard queixou-se de que a verdade histórica é incomparável a uma decisão eterna, apaixonada. A passagem da história para a certeza religiosa é um “salto” de uma dimensão para outro tipo de realidade. Disse que toda a apologética tem a simples intenção de tornar plausível o cristianismo. Mas tais provas são vãs. porque “defender alguma coisa sempre é desacreditá-la”.

Mesmo assim, apesar de todo o seu antiintelectualismo, Kierkegaard ainda tinha um tipo de apologética para o cristianismo, defesa esta que foi desenvolvida por estranho que pareça do próprio absurdo da afirmação cristã.

O próprio fato de que alguma pessoa ter crido que Deus apareceu na terra na figura humilde de um homem é tão estarrecedor que fornece uma ocasião para outras pessoas compartilharem da fé. Nenhum outro movimento já sugeriu que baseamos a felicidade dos seres humanos no seu relacionamento com um evento que ocorreu na história. Kierkegaard acha, portanto, que semelhante idéia “não subiu ao coração de homem algum”.

Até mesmo Pascal que desconsiderava as provas metafísicas da existência de Deus e preferia as “razões do coração”, chegou por fim, a fazer uma defesa interessante da fé cristã. Nas suas “Pensées” recomendou a religião bíblica por ter ela um conceito profundo da natureza do homem. A maioria das religiões e filosofias ou ratifica o orgulho estulto do homem, ou o condena ao desespero. Somente o cristianismo estabelece a verdadeira grandeza do homem através da doutrina da imagem de Deus, ao passo que, ao mesmo tempo, explica suas presentes tendências malignas através da doutrina da queda.

E somos informados de que, a despeito do Nein! enérgico proferido por ele, há uma apologética adormecida debaixo de milhões de palavras na obra *Church Dogmatics* (“Dogmática Eclesiástica”). de Karl Barth.

1.4.2. A Escola Objetiva

Esta coloca o problema da averiguação claramente no âmbito dos fatos objetivos. Enfatiza as realidades externas - as provas teístas, os milagres, as profecias, a Bíblia e a pessoa de Jesus Cristo. Existe, no entanto, uma distinção crucial entre duas escolas dentro do campo objetivista.

1.4.2.1. A Escola da Teologia Natural

Entre todos os grupos, este adota a visão mais animada da razão humana. Inclui pensadores tais como Tomás de Aquino, Joseph Butler, F. R. Tennant, e William Paley. Por trás de todos estes pensadores há uma tradição empírica na filosofia que remonta até Aristóteles. Tais pensadores crêem no pecado original, mas raras vezes questionam a competência básica da razão na filosofia. É possível que o raciocínio tenha sido enfraquecido pela queda, mas, por certo, não foi gravemente aleijado.

Aquino procurava pontos de concordância entre a filosofia e a religião, insistindo em que a existência de Deus podia ser demonstrada pela razão, mas que também era revelada nas Escrituras. Empregava, nas suas provas da existência de Deus, três versões do argumento cosmológico e o argumento teleológico.

Na sua *Analogy of Religion* (“Analogia da Religião”) [1736], Butler usou a abordagem tomista básica, mas a diluiu um pouco com sua ênfase na probabilidade, “o próprio guia da vida”. Desta maneira, desenvolveu uma epistemologia muito próxima da atitude pragmática do cientista. Butler argumentou que a clareza geométrica tem pouco lugar nas esferas da moral e da religião. Se alguém ficar ofendido pela ênfase dada à probabilidade, que simplesmente reflita no fato de que a maior parte da vida é baseada nela. O homem raramente lida com verdades absolutas e demonstrativas.

Apologistas desta escola sempre têm uma abordagem ingênua e simplista às evidências a favor do cristianismo. Achem que uma apresentação simples e direta dos fatos (milagres, profecias) bastará para persuadir o descrente.

1.4.2.2. A Escola da Revelação

Esta inclui gigantes da fé, tais como Agostinho, Calvino, Abraão Kuyper e E. J. Carnell. Estes pensadores geralmente reconhecem que as evidências objetivas (os milagres, as provas da existência de Deus, as profecias) são importantes na tarefa apologética, mas insistem em que o homem não-regenerado não pode ser convertido meramente pelo fato de ser exposto às provas, porque o pecado enfraqueceu gravemente o raciocínio humano. Será necessário um ato especial do Espírito Santo para permitir que as evidências sejam eficazes.

Não se deve tirar desta idéia a conclusão de que a escola da revelação considera sem valor as evidências externas. Pelo contrário, a obra do Espírito pressupõe a Bíblia e o Jesus Cristo histórico, ambos externos. Embora a fé seja, em grande

medida, algo criado pelo Espírito Santo, permanece a verdade de que não se pode tê-la à parte dos fatos. Resumindo: o Espírito Santo é a causa suficiente da fé, ao passo que os fatos são uma causa necessária da fé.

A escola da revelação, portanto, extrai sua percepção tanto da escola subjetiva quanto da escola da teologia natural. Da primeira, adquirem uma desconfiança da razão não regenerada, e da segunda, uma apreciação apropriada do papel dos fatos na fé cristã. Conforme disse Lutero: “Antes da fé e do conhecimento de Deus, a razão é trevas, mas nos crentes é um instrumento excelente. Assim como todos os dons e os instrumentos da natureza são maus nos ímpios, assim também são bons nos crentes”.

Por estranho que pareça, as duas escolas objetivistas usam o mesmo corpo de evidências quando praticam a apologética: simplesmente têm diferenças de opiniões sobre como e quando as provas convencem o descrente. No decurso dos séculos, apologistas cristãos da escola objetivista têm usado um vasto material: (1) Provas teístas - os argumentos ontológico, cosmológico, teleológico e moral. (2) Profecias do A.T. – predições a respeito do Messias judeu cumpridas em Cristo, tais como Is 9.6; Mq 5.1-3; e Zc 9.9-10. (3) Milagres bíblicos - sinais do poder de Deus que ocorrem em agrupamentos grandes nas Escrituras, sendo que os dois maiores se centralizam no Êxodo e na vinda de Cristo. (4) A pessoa de Cristo - a personalidade e caráter incomparáveis de Cristo, ilustrados por Seu amor e solicitude por pessoas de todos os tipos, especialmente os proscritos. (5) Os ensinamentos de Cristo - as doutrinas sem igual, os belos ditos e parábolas de Jesus. (6) A ressurreição de Cristo - o maior milagre das Escrituras, o alicerce de todo o edifício da apologética. (7) A história da cristandade - a influência benigna da fé cristã sobre a raça humana.

1.5. A Natureza do Antigo Testamento

Não obstante ser a Bíblia o livro mais vendido no mundo inteiro, nem por isso todo povo tem perfeito conhecimento dela, muito especialmente no Brasil. Lida pelos pregadores e mesmo pelos crentes, dela se valendo muitos para reforçar as suas opiniões em matéria de moral e mesmo filosofia, ainda assim se pensa que a Bíblia é livro para ser interpretado por especialistas em matéria de exegese. Este ponto de vista é especialmente verdadeiro quanto ao Antigo Testamento. Até certo ponto, são responsáveis por tais idéias os intérpretes inexperientes, que procuram colocar o Antigo Testamento dentro do Novo ou vice-versa, ignorando a situação histórica de cada parte. Se o A.T. é apenas o Novo em hieróglifos, então é muito mais fácil ler apenas o Novo Testamento e desprezar o Antigo. Qualquer estudo feito à margem

da história do Antigo Testamento é a mesma coisa que lhe tirar a vida e formar um esqueleto.

Muitos dos críticos têm dado sua contribuição a esta maneira de entender o Antigo Testamento e de criar uma antipatia de todo desnecessária. Muitos deles decompueram-no em pedaços, como se estivessem fazendo um estudo anatômico, tirando-lhe toda a conexão histórica e destruindo a verdade ou relegando-a a um plano de segunda categoria. Um grande escritor disse: “eles começaram com um canivete e terminaram com um machado; ou como outro afirmou”: “eles foram atizados pelas fascinantes cavilações da vaidade humana.” Todavia, valiosa contribuição foi feita ao estudo do Antigo Testamento no sentido de que é impossível interpretar uma passagem deslocada do seu lugar e do sentido histórico; e o estudo destes críticos tem sido feito de tal modo que todo o peso e o valor das verdades espirituais foram totalmente negligenciados. A sua ênfase evolucionista levou-os à convicção de que apenas pequenas porções do Antigo Testamento são dignas de estudo: as dos profetas do oitavo século antes de Cristo, quando o Antigo Testamento alcançou o seu ponto culminante. Entretanto, para os escritores do Novo Testamento, o Antigo tinha outro valor muito diferente. Não se detiveram apenas nos livros do Antigo Testamento que mais se aproximavam dos ensinamentos de Jesus, mas contemplaram a história dos hebreus no seu todo, culminando com a revelação de Deus ao Israel espiritual, por meio da encarnação do Filho. Em Jesus mesmo encontramos essa atitude. Ele sempre considerou as Escrituras como um todo e nunca como uma compilação.

Outros, por sua vez, diminuem o Antigo Testamento, quando o comparam com o Novo Testamento. Afirmam que, sendo o Novo Testamento o cumprimento do Antigo, o estudo das Escrituras judaicas é de pequena valia. Tal opinião é tão estulta como a do estudante que imaginasse começar o seu estudo da linguagem do Antigo Testamento numa classe de Hebraico adiantado, na suposição de que somente num estudo avançado é que se pode compreender a revelação completa. A verdade é que, para se compreender o hebraico, tem de se passar pelo vale preliminar da iniciação desta língua. Do mesmo modo, os que pretendem entender o Novo Testamento ignorando o Antigo são passíveis de penalidades, pelas injustiças e incompreensões de suas interpretações. Tal atitude tem levado muitos eruditos a interpretar o Novo Testamento segundo a literatura e pensamento gregos, ignorando ou pretendendo ignorar o conceito e a natureza hebraica, que lhe deram origem. Esta tem sido a característica feição da história do pensamento cristão. Nos últimos anos, entretanto, a maior ênfase da erudição neotestamentária tem sido posta na unidade essencial da Bíblia. Como um escritor muito bem disse: “Nenhum progresso

ou compreensão do cristianismo primitivo será possível, a menos que a arca da exegese do Novo Testamento seja reconduzida de sua má troca nas terras dos filisteus ao porto seguro das Escrituras clássicas do Antigo Testamento, à Lei e aos Profetas.” Contrariamente, o Antigo Testamento não deve ser estudado independente do Novo, porque é este que abre a porta de muitos mistérios do Antigo Testamento, inclusive do plano e propósito que presidiram a sua revelação.

Talvez a maior dificuldade que uma pessoa que deseja compreender o Antigo Testamento encontre seja justamente a inadequada compreensão de sua literatura. O meio pelo qual os escritores comunicaram os seus pensamentos foi a linguagem. A arte de falar é a principal bênção pela qual as idéias de uma pessoa podem ser comunicadas a outra. A linguagem, por sua vez, tem suas formas definidas, as quais levam consigo suas leis e seus modos de interpretação. Se um escritor bíblico usou um tipo particular de literatura, o seu pensamento deve ser interpretado de acordo com as leis universais da linguagem, daquele modo de expressão. A menos que uma pessoa seja capaz de determinar se certa passagem é uma ousada imaginação poética ou apenas prosaica declaração de um fato científico, a sua interpretação deve, necessariamente, ser precária. Se tal fato não puder ser devidamente determinado, o significado da passagem deve permanecer em dúvida.

Uma vista de olhos à Bíblia em português revelará que bem pouco auxílio poderá obter um leitor para descobrir o tipo de literatura de uma passagem qualquer. Se abrímos a Bíblia em qualquer ponto, verificaremos que ela foi arbitrariamente dividida em capítulos, livros e versos. Não compreendendo que os capítulos e versos foram colocados para facilitar a leitura, o leitor comum concluirá que aquelas divisões sempre fizeram parte da Bíblia, sabendo nós, entretanto, que o original não tinha nem capítulos nem versos. Certamente tais coisas ajudam a compreender as Escrituras, mas a literatura sagrada sofreu muito por causa de tal desmembramento. Imagine-se o que aconteceria se os poemas de Tennyson fossem editados em capítulos e versos, sem qualquer consideração para com o arranjo original. Entretanto, foi justamente isto que aconteceu com a Bíblia.

Há alguns que consideram o estudo literário das Escrituras como desaconselhável, como se a admiração da beleza de uma flor prejudicasse a apreciação do seu admirável odor. Antes de qualquer coisa poder ser admirada, deve ser capaz de atrair. O manejo teológico das Escrituras tem destruído muito da sua beleza e atração. Necessitamos renovar a apreciação da beleza das narrativas bíblicas, porque isso é o mesmo que abrir a porta à realização da revelação fundamental. É

uma tragédia da moderna civilização que os estudantes dos colégios e universidades tenham sido ensinados a apreciar as belezas e sublimidades das obras de Byron e Shakespeare, Browning e outros e tenham permanecido inteiramente ignorantes da grandeza e magnitude da maior literatura que o mundo já conheceu, só porque esta se encontra na Bíblia. Se tal literatura estivesse em qualquer outro livro, o mundo inteiro se curvaria ante ela.

1.6. Princípios de Interpretação

A discussão precedente deu ênfase a certos métodos que o estudante deve seguir na interpretação do Antigo Testamento, quer seja uma passagem quer seja o seu todo. O estudo deve ser feito com todo o cuidado. Ao tentar interpretar uma passagem ou descobrir a significação de um trecho das Escrituras hebraicas, devem determinar-se os seguintes pontos, expostos na ordem de sua importância.

1) A posição histórica do escritor. Isto inclui a história da época e as condições sociais e religiosas prevalentes. Tanto quanto possível, deve-se conhecer a vida particular do autor e, se possível, os seus antecedentes.

2) A língua original em que o autor se expressou. É impossível traduzir uma língua noutra, porque toda tradução implica numa interpretação. O conhecimento do hebraico é essencial a quem quiser uma exposição sadia do Antigo Testamento. No caso de não se poder obter tal conhecimento, o estudante deve munir-se dos melhores comentários possíveis sobre o texto hebraico.

3) O contexto da passagem. Os escritores sagrados não escreveram cada versículo no vácuo, mas certamente seguiram a lógica e a razão, passando de um verso a outro. Cada versículo deve relacionar-se com os outros, de que faz parte. Cada passagem deve ser estudada à luz que o livro mesmo oferece; e cada livro deve ser examinado com todos os demais, em sua relação com a revelação progressiva do Antigo Testamento.

4) A natureza da literatura. Como foi sugerido na seção anterior, o tipo de literatura em estudo é da maior importância para a boa compreensão de uma determinada passagem do Antigo Testamento.

5) As relações existentes com o seu futuro cumprimento. O estudo crítico do Antigo Testamento, com a sua ênfase sobre a história apenas, tem levado muitos a

contentarem-se com esta conclusão. Nem Jesus nem os escritores do Novo Testamento procederam dessa forma. Assim como a vida de um homem torna explícita as suas tendências da infância, o Novo Testamento revela as verdades escondidas no Antigo. Muitas verdades, que nem os próprios autores nem os expositores judaicos descobriram em muitas declarações do Antigo Testamento, só se tornaram claras em Jesus Cristo. Deve-se ter todo o cuidado para não ler numa passagem do V.T. os ensinamentos que só o Novo contém; não obstante, deve ficar claro que Jesus é a chave do bom entendimento dos sonhos dos profetas. Portanto, deve-se determinar primeiro o que a passagem teria significado para o escritor e para a sua geração. Depois, procurar saber que relação terá com o plano eterno de Deus, que o próprio escritor talvez não compreendesse mas que agora, para os que vivem na plenitude da luz da revelação, é claro.

1.7. Línguas Originais

Todo o Novo Testamento se encontra em grego, qualquer que tenha sido o possível original de Mateus, Tiago e outros escritores neotestamentários. O Antigo Testamento foi escrito por homens que falaram e escreveram hebraico. O hebraico é a língua original do Antigo Testamento, exceto 6 capítulos em Daniel (2.4-7.28); mais ou menos três de Esdras (4.8-6.18; 7.12-16), e um verso em Jeremias (10.11). Todos estes capítulos se encontram em aramaico, língua irmã do hebraico. Se qualquer pessoa desejar ler toda a Bíblia no original, deve aprender grego, hebraico e aramaico.

1.8. Estado do Texto Hebraico

Durante mais de dois mil anos, os judeus tiveram o encargo de preservarem as suas Escrituras Sagradas, e devemos dizer que eles foram extremamente zelosos em conservar-lhes a pureza original. Nenhum esforço e sacrifício mesmo foram poupados para que o sagrado texto fosse mantido incorruptível. A isto deve-se adicionar que, por mais de uma vez, as Sagradas Escrituras estiveram em grande perigo. Antíoco Epifânio (cerca de 167 a.C.) queimou todas as cópias de manuscritos que pode encontrar. Durante o terrível cerco de Jerusalém pelos romanos, em 70 a.D., muitos outros foram também destruídos. Não obstante o zelo e cuidado na conservação e pureza do texto, admite-se que alguns erros tivessem sido cometidos na transcrição dos manuscritos antes da época de Esdras e seus escribas. Como se sabe, os manuscritos antigos eram copiados à mão e não haveria cuidado que bastasse para evitar um ou outro erro. Todavia, podemos dizer que nenhum manuscrito clássico apresenta a pureza que nos dão os manuscritos

sagrados. Sabemos que os manuscritos, depois de copiados, eram submetidos a uma revisão rigorosa, para os escoimar de qualquer engano intencional.

O manuscrito completo mais antigo que possuímos da Bíblia hebraica data do ano 1000 a.C. mais ou menos, mas alguns dos manuscritos que possuímos são do século quarto da nossa era, escritos em grego. Existem alguns fragmentos de manuscritos em grego e hebraico datados do século segundo. Recentemente, foi descoberto um manuscrito completo de Isaías em hebraico, cuja data está sendo fixada entre 200 a.C. e 100 a.C.

O texto Massorético moderno, com as suas muitíssimas e variadas citações e diferentes leituras, tudo isto posto à margem, é uma indicação da necessidade da crítica textual do V. Testamento. S. Baer e Franz Delitzch, de tempo em tempo e por mais de vinte anos, publicaram, em parte, uma edição do texto Massorético e C. D. Ginsburg é o autor de uma publicação completa do mesmo texto. Kittel, por sua vez, publicou uma edição completa da Bíblia hebraica. As notas de rodapé que ele apresentou falam bastante do estado do antigo texto nas versões antigas e sobre as opiniões dos críticos modernos. Esta é a melhor edição da Bíblia hebraica para estudo crítico.

Os antigos hebreus escreviam sem vogais. Este era o texto usado nas sinagogas, em forma de rolos. Mais ou menos no sexto século A.D. (acreditam alguns que fosse no oitavo), o atual sistema de pontuação do texto, chamado de vogais, foi inventado pelos escribas Massoretas, e as cópias das Escrituras, desde essa época, vêm todas acompanhadas dessa pontuação. As Bíblias hebraicas modernas seguem o sistema palestínico de pontuação, usando vogais ou pontos acima das letras, no centro e embaixo. O sistema babilônico era superlinear. A ausência de vogais deu margem a muita ambigüidade, depois que o hebraico deixou de ser língua falada, e por isso mesmo foram inventados estes sinais. A Septuaginta oferece-nos bastantes evidências de que o texto era lido e entendido de modos diferentes, ao tempo em que foi feita (cerca de 280 a.C.).

1.9. Divisões do Antigo Testamento

A divisão que os judeus fazem do Antigo Testamento compreende três partes:

1) A Lei: os cinco livros de Moisés. Esta parte sempre foi a mais altamente distinguida pelos judeus e considerada como o fundamento da Bíblia.

2) Os Profetas: (1) Os primeiros profetas - Josué, Juizes, Samuel e Reis; e (2) os últimos profetas - Jeremias, Ezequiel, Isaías e os doze profetas menores.

3) Os Escritos (Hagiógrafos), compreendendo: (1) Os Livros Poéticos: Salmos, Provérbios, Jó; e (2) os Cinco Rolos: Cânticos, Rute, Lamentações, Eclesiastes e Ester. (3) Daniel, Esdras, Neemias e Crônicas. A maneira de contar os livros, por parte dos judeus, também nos oferece algumas diferenças. Contando Esdras e Neemias como um livro, e os doze profetas como um também, faziam eles o seu Cânon de 24 livros. Reunindo Juizes e Rute, Lamentações e Jeremias, faziam 22 livros, justamente o número das letras do seu alfabeto. O livro de Daniel, que se encontra na terceira parte, e, portanto, entre os chamados Escritos, não foi considerado profético. Pensam uns que o livro é mais história que profecia e o seu autor foi mais político que profeta. Outros acham que, sendo um livro apocalíptico e histórico, ficaria melhor entre os Hagiógrafos. É certo que os críticos têm outra opinião, para explicar a colocação deste profeta entre os livros da terceira coleção. Dizem eles que o Daniel que escreveu este livro não foi o Daniel caldeu e sim outro Daniel, talvez do tempo dos Macabeus, e como o Cânon já estaria fechado a este tempo, foi o livro apenas adicionado a terceira parte. Esta maneira de interpretar a posição do livro de Daniel não parece correta, pois os judeus sempre consideraram este livro como produto do Daniel da Caldéia, e a opinião dos judeus deve valer mais que a dos críticos modernos, que pouco sabem das coisas daqueles dias.

1.10. Sumário da História do Cânon do Antigo Testamento

Ao examinarmos as evidências a respeito da inclusão de um livro entre os considerados sagrados pelos judeus, devemos observar as três divisões em que se agrupa a Bíblia Hebraica, como já notamos acima. A Lei, por sua própria natureza e antiguidade, deveria ocupar o primeiro lugar. Quando ela foi considerada como divina instituição, não sabemos. Sabemos, sim, que Moisés recebeu de Deus a maior parte do material nela contido, e que este material foi desde logo considerado autorizado. Alguns profetas, especialmente Oséias e Amós, pertencentes ao oitavo

século, revelam-se familiares com os ensinamentos do Pentateuco, e quando o Deuteronômio foi encontrado no templo, por ocasião da reforma de Josias, foi também considerado divinamente inspirado, pelo povo e pelo rei, isto em 621 a.C.

Ao tempo de Esdras e Neemias (cerca de 400 a.C.), a Lei tinha aceitação universal como livro inspirado entre os judeus. Certamente, deve ter sido assim considerado por muitos anos ou Séculos antes, mas não temos informações diretas a respeito disso, pelas seguintes razões:

1) O Pentateuco Samaritano data do cisma realizado por ocasião da reconstrução da cidade de Jerusalém, quando, ao que se acredita, foi levado para lá pelo renegado Sambalate. Logo, devia ser considerado como Escritura, muito tempo antes. Os samaritanos sustentam datar de 722 a.C.; os críticos, porém, negam-lhe esta idade, por considerações da natureza do manuscrito. Todavia, mesmo que o manuscrito do Pentateuco Samaritano seja de data posterior, nada impede que o texto seja muito mais antigo.

2) A Lei foi lida por Esdras, desde a alva até ao meio-dia; isto não deve ser entendido no sentido de apenas um dia de sol (Neem. 8:3). Esta leitura não importou na sua canonização, como querem fazer entender alguns críticos, mas apenas levou o povo a reafirmar a sua fidelidade à Lei dos seus pais. Por causa de sua infidelidade a esta mesma Lei e que eles tinham sido levados em cativeiro. E, agora que se preparavam para recomeçar a sua história, convinha que se dessem conta da sua importância na vida nacional.

3) Os escritos pós-exílicos, durante e depois de Esdras, todos se referem à Lei, com especial reverência (Mt 4.4). Concluímos que a Lei era há muitos anos considerada canônica, e a sua inobservância tinha dado causa aos sofrimentos do povo.

Os Profetas deviam ter sido o segundo grupo de livros a ser aceito como divinamente inspirado. No prólogo ao Eclesiástico, Jesus Ben Siraque (cerca de 132 a.C.) escreve que os judeus tinham já três divisões na sua Bíblia Hebraica: a Lei, os Profetas e os outros livros. No mesmo livro de Eclesiástico, Jesus Ben Siraque, o avô (cerca de 180 a.C.), menciona Jeremias, Isaías, Ezequiel e os doze Profetas Menores, e dá evidências de que o Cânon já estava fechado naquela época. Muito

naturalmente os profetas individualmente, desde há muito, tinham sido considerados inspirados, o mesmo se podendo dizer dos demais livros que receberam a sua aceitação pelo povo, como inspirados, em virtude da função dos seus autores. Assim temos provas de que, como Cânon, a Bíblia Hebraica estava completa no ano 180 a.C. Quantos anos ou séculos antes teria ela sido assim considerada, não sabemos.

Os Escritos ou Hagiógrafos foram o último grupo de livros a ser aprovado como um todo. A referência definida de Jesus Ben Siraque (avô) a “outros livros” indica isso perfeitamente. A inclusão de qualquer livro nesta seção, nesta época ou mesmo posteriormente, não significa que ele fosse escrito depois, porque bem poderia até estar escrito há muito.

1.11. Quando foi concluída a terceira parte da Bíblia hebraica?

As referências que temos em Macabeus, Josefo e em o Novo Testamento indicam que Jesus e os apóstolos possuíam o Antigo Testamento substancialmente, como nós o temos hoje. A data da versão dos LXX pode esclarecer este assunto; todavia acreditam alguns que ela não foi terminada antes do ano 100 antes de Cristo ou mesmo mais tarde.

Não há qualquer evidência de que os livros Apócrifos, que aparecem na Vulgata Latina, tivessem sido incluídos na coleção sagrada dos judeus. Jerônimo mesmo, que fez a versão, nega esta validade.

O estudante deve notar que, até ao primeiro século da era cristã, não havia qualquer corpo organizado com o encargo de determinar quais os livros que deviam ou não deviam ser sagrados. Não há qualquer evidência de que já alguma vez existisse tal grupo de homens. O Concílio de Jânia (A.D. 90, 118), composto de eruditos judeus, não determinou a extensão do Cânon hebraico, como pretendem certos críticos. O que eles discutiram foi a respeito de certos livros que já se encontravam lá, e esta discussão não versou sobre a autoria de alguns livros que se achavam no Cânon. Discutir a autoria de um livro e a canonicidade do mesmo livro são assuntos fundamentalmente diferentes. O mundo inteiro deu a sua aprovação ao Cânon hebraico muitos séculos antes de os críticos começarem a discutir tais assuntos. Livros após livro foram aceitos pelo povo como inspirados, dentre dezenas de outros que assim não foram considerados, e a base para esta aceitação (de uns) e rejeição (de outros) teria dependido do caráter dos mesmos livros e seus autores,

relacionados com a passada revelação divina. Deus mesmo deve ter tido a sua parte nesta seleção, como a teve em tantos outros assuntos, de modo que a formação do Cânon hebraico e neotestamentário não foi um processo histórico propriamente dito, mas um ato divino, quer na chamada dos seus autores quer na seleção dentre muitos outros livros existentes.

1.12. A Infalibilidade dos Autógrafos Originais

Precisamos, como próximo passo, levantar a pergunta: que tipo de registro este há de ser? Um contendo erros de vários tipos, ou um registro livre de qualquer erro? Se esta revelação escrita contém erros, então dificilmente poderá cumprir seu próprio propósito, o de transmitir aos homens de maneira digna de confiança, a vontade de Deus para a sua salvação. Por que é assim? Porque um erro comprovado numa parte faz surgir à possibilidade de haver erros em outras partes da Bíblia, sob exame, acaba sendo uma mistura de verdade e erro, então fica sendo um livro como qualquer outro.

Sem dúvida, há verdades em todos os demais documentos religiosos conhecidos aos homens: o Alcorão, os Vedas, os Upanichades, os Analetas, a Ilíada e a Odisséia, muito embora que esta verdade possa coexistir com uma abundância de erros. O que se deve fazer com livros deste tipo, que contêm verdades e erros? A única coisa que se pode fazer é sujeitá-lo à faculdade crítica do raciocínio humano. Dentro dos seus limites apropriados, bem entendido, o poder de raciocínio do ser humano tem uma função legítima e necessária em aquilatar as evidências apresentadas nestes documentos, para descobrir se são consistentes com a alegada origem divina. Neste caso, é uma questão de reconhecer a identidade daquilo que se apresenta como sendo uma revelação, averiguando se é a palavra de Deus ou não. O raciocínio humano é competente, aplicando-se as regras de contradições internas e os demais cânones da lógica, para julgar as evidências, para determinar se os próprios textos e os dados ali registrados se condizem com as reivindicações da sua origem divina.

Mas é coisa bem diferente quando o raciocínio humano quer emitir seu julgamento sobre a revelação divina como tal, para determinar sua veracidade ou falsidade. Tais julgamentos só poderiam ser válidos se quem julga possui um conhecimento de verdade metafísica que é superior aquele da própria revelação. Noutras palavras, o homem precisaria saber mais sobre Deus e a alma e valores espirituais se quisesse emitir um Juízo válido quanto às verdades da Bíblia. Mas isto obviamente não é o caso, conforme foi indicado previamente, e por isto mesmo, o homem depende

totalmente da revelação divina para receber este conhecimento tão importante. Por este motivo, a única maneira pela qual esta revelação pode chegar ao homem numa forma que possa ser empregada e merecedora de confiança, sem ter que depender da exatidão do julgamento humano tão falível, seria como revelação infalível. Senão, não poderia cumprir seu propósito de ser s manifestação, digna de confiança, da verdade divina.

1.12.1. A Transmissão do Texto não é Necessariamente Infalível

Neste ponto precisamos fazer uma distinção. A infalibilidade (ou a isenção de todo erro) só se reivindica necessariamente para os manuscritos originais (os autógrafos) dos livros bíblicos. Forçosamente, eram isentos de todo e qualquer erro, se não, não poderiam ter sido inspirados por Deus, o Deus da verdade, pois n'Ele não há treva nenhuma. Deus nunca poderia ter inspirado um autor humano das Escrituras escrever algo errado ou falso.

Mas, que se pode dizer do texto da Bíblia, conforme o possuímos agora? Será que o texto é necessariamente livre de todos os erros, de qualquer tipo? Não quando se trata de erros de copistas, pois realmente descobrimos discrepâncias entre as cópias manuscritas que têm entre aquelas que datam dos primeiros séculos. Alguns erros de pena decerto se introduziram nas primeiras cópias feitas dos manuscritos originais, e erros adicionais típicos da transmissão do texto conseguiram entrar nas cópias das cópias. É quase inevitável que isto tenha sido o caso. Não há nenhum homem que pode sentar-se e copiar o texto de um livro inteiro sem surgir algum erro de algum tipo. (Quem duvida desta declaração, pode fazer a experiência!). Seria nada menos do que um milagre, garantir a infalibilidade da cópia de um manuscrito original. Aceitando-se o fato que erros se infiltram em nossos textos conforme os temos em mãos, como podem servir como meio certo de desvendar a vontade de Deus? Será que não voltamos ao problema dos livros que contêm uma mistura de verdade e de erro? De modo nenhum, pois há uma grande diferença entre um documento que era errado desde o princípio, e um documento que começou correto mas que depois foi erroneamente copiado. Qualquer pessoa pode ler uma carta de um amigo ou parente, e achar nele errinhos comuns como “em” no lugar de “um”, “por” no lugar de “para”, e pode, por meio de um processo simples de correção à luz do contexto, facilmente chegar ao verdadeiro sentido daquilo que o autor queria dizer. Só se os erros que entraram no texto são tão sérios que pervertem totalmente o sentido, é que a mensagem desvia-se da verdade. Mas se a carta chegou da parte de um correspondente, que estava confuso, errado ou desejando iludir, então os erros e as falsas informações que contém seriam irremediáveis, e o leitor seria prejudicado por ela.

Isto levanta a questão da fidelidade da transmissão do texto bíblico. Há numerosos tipos de erros de manuscrito que o crítico textual pode descobrir nos manuscritos antigos do Antigo Testamento. (Estes serão discutidos no capítulo quatro). Eles são de natureza tão séria que corrompem a própria mensagem, impossibilitando-a de transmitir o verdadeiro significado? Se são, então o propósito de Deus foi frustrado: não conseguiu transmitir Sua revelação de tal maneira que pessoas de gerações posteriores pudessem compreendê-la corretamente. Se não exerceu Sua influência restritiva sobre os escribas que escreveram as cópias normativas e autorativas das Escrituras, então corromperam e falsificaram a mensagem. Se a mensagem foi falsificada, o propósito inteiro de doar humanidade uma revelação escrita deu em nada, pois Escrituras assim corrompidas seriam uma mera mistura de verdade e de erro, necessariamente sujeitas a julgamentos humanos (quando, de fato, devem julgar o homem).

Temos alguma evidência objetiva que Deus não tenha permitido que os erros da transmissão do texto tenham corrompido e pervertido sua revelação? Sim, temos, pois um estudo cuidadoso das variações (ou leituras diferentes) dos vários manuscritos mais antigos, revela que nenhuma delas afeta uma única doutrina das Escrituras. O sistema de verdades espirituais, contido no texto geralmente aceito do antigo Testamento em hebraico, não se altera nem se compromete por nenhuma das variações que têm sido achadas nos manuscritos hebraicos de data mais antiga que foram descobertos nas cavernas do Mar Morto ou em outros lugares. Para averiguar isto, basta examinar o registro das variações bem atestadas que constam na edição de Rudolfo Kittel da Bíblia hebraica. É muito evidente que a vasta maioria delas são tão insignificantes que o sentido da doutrina de cada frase não sofreu qualquer efeito.

Deve ser claramente entendido que neste respeito o Antigo Testamento é diferente de qualquer outra obra literária antes da era cristã sobre as quais temos notícia. É verdade que normalmente não possuímos tantos manuscritos diferentes de produções pagãs, vindos de épocas tão separadas no tempo, como é o caso do Antigo Testamento. Mas quando temos muitos manuscritos, como é o caso do Livro dos Mortos, do Egito, então as variações são de natureza mais extensiva e séria. Diferenças bem marcantes aparecem, por exemplo, entre o capítulo 15 no Papiro de Ani, escrito durante a 18ª Dinastia, e o Papiro de Turino, da 26ª Dinastia ou posteriormente. Cláusulas inteiras são inseridas ou omitidas, e o sentido, em colunas correspondentes do texto, em certos casos é inteiramente diferente. Se não houvesse a superintendência divina da transmissão do texto hebraico, não há

nenhum motivo específico de não haver semelhantes discrepâncias e mudanças entre os manuscritos hebraicos que têm séculos de diferença entre eles. Posto que as duas cópias de Isaías descobertas na Cayerna N° 1 de Qumran, perto do Mar Morto, em 1947 eram mil anos mais antigas do que o mais antigo manuscrito datado, previamente conhecido (980 d.C.), foi constatado que eram idênticos, palavra por palavra, à nossa conhecida Bíblia hebraica, em mais do que 95% do texto. As variações, em 5%, consistem mormente de óbvios erros de pena e variações na ortografia. Mesmo aqueles fragmentos de Deuterônomo e de Samuel achados perto do Mar Morto, que apontam para uma outra família de manuscritos do que aquela que subjaz nosso texto hebraico aceito, não indicam qualquer diferença em doutrina ou em ensinamentos. Não afetam a mensagem da revelação de maneira nenhuma.

1.13. A Doutrina da Inspiração Afirmada pelas Próprias Escrituras

Reivindica a Bíblia infalibilidade para si mesma? Às vezes tem sido levantado o argumento de que as próprias Escrituras não reivindicam sua própria infalibilidade. Mas a investigação cuidadosa demonstra que quando o assunto é ventilado, assevera-se o fato de sua absoluta autoridade como sendo a infalível Palavra de Deus.

Mateus 5.18: “Porque em Verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um i (a letra menor do alfabeto hebraico) ou um til (um traço que faz a distinção entre certas letras hebraicas) jamais passará da lei (isto é, o Antigo Testamento) até que tudo se cumpra” - palavras de Cristo. Isto indica que não somente os pensamentos transmitidos pelas Escrituras, mas as próprias palavras individuais, como veículos válidos destes pensamentos, e conforme sua própria soletração, são dotadas de verdade infalível, e seguramente serão cumpridas e realizadas.

João 10.35: “... e a Escritura não pode falhar”, tem as mesmas implicações do versículo supra citado.

2 Timóteo 3.16: “Toda Escritura é inspirada por Deus (theopneustos) e útil para o ensino”. Do contexto do Novo Testamento pode ser facilmente estabelecido que a palavra “escritura” (graphe) se refere ao Cânon inteiro dos trinta e nove livros do Antigo Testamento, conforme hoje os temos em mãos. 2 Pedro 3.18 dá a entender que as Epístolas neotestamentárias de Paulo também gozam da mesma situação de Escrituras inspiradas (graphai).

Hebreus 1.1, 2: “Havendo Deus... falado... pelos profetas... falou-nos pelo Filho”. Estas palavras reivindicam para os escritos dos profetas do Antigo Testamento a mesma infalibilidade que pertence às mensagens do próprio Cristo, registradas no Novo Testamento.

1 Pedro 1.10, 11: “Foi a respeito desta salvação que os profetas (do Antigo Testamento) indagaram e inquiriram, os quais profetizaram acerca da graça a vós outros destinada, investigando atentamente qual a ocasião ou quais as circunstâncias oportunas, indicadas pelo Espírito de Cristo, que neles estava, ao dar de antemão testemunho sobre os sofrimentos referentes a Cristo, e sobre as glórias que os seguiriam”. Está implícito aqui que o Espírito Santo estava nos autores do Antigo Testamento, e que Ele os guiou para que compusessem palavras de verdade infalível cujo cumprimento era garantido, ainda que os autores humanos não entendessem plenamente tudo aquilo que as palavras divinamente orientadas realmente significassem. Por causa de versículos como estes, precisamos, ao interpretar as Escrituras, procurar estabelecer não somente a intenção do autor humano que escreveu as palavras, mas também (e mais importante) a intenção do Autor divino que orientou a composição das mesmas.

2 Pedro 1.21: “Nunca jamais qualquer profecia (as Escrituras proféticas do Antigo Testamento) foi dada por vontade humana, entretanto homens falaram da parte de Deus movidos (literalmente, levadas adiante, como a nau é vela é levada pelos ventos) pelo Espírito Santo”. Naquilo que falavam (conforme está registrado por escrito), estes autores do Antigo Testamento que profetizavam sobre Cristo, foram “levados pela correnteza” à verdade infalível, verdade que não se podia sujeitar a mera interpretação particular (v. 20).

Todas essas passagens vão formando a doutrina da inspiração: que a exatidão é inerente em cada parte do Antigo Testamento e também do Novo Testamento, de maneira que, como um todo, e em todas as suas partes, a Bíblia é infalível quanto à sua verdade, e final quanto à sua autoridade. Esta exatidão se estende até assuntos de história e de ciência, e não só à teologia e à ética. Alguns estudiosos, tais como Henry P. Smith e Charles A. Briggs, procuram fazer uma distinção entre estes dois tipos de verdade, dando vazão a possibilidade de haver falsidade inerente em assuntos de mera história ou ciência. Há duas objeções fatais a esta posição. Em primeiro lugar, o Novo Testamento não admite semelhante distinção: a historicidade de Adão e Eva se implica em 1 Timóteo 2.13, 14, (senão, o comentário de Paulo seria totalmente irrelevante), como também em 1 Coríntios 11.8, 9; a experiência

literal de Jonas, que ficou três dias no estômago do peixe grande é absolutamente essencial, se tem que servir como analogia verídica dos três dias que Cristo passou no túmulo, Mt 12.40. É impossível rejeitar a historicidade destes dois episódios cuja veracidade tem sido freqüentemente contestada, sem rejeitar a autoridade do Cristo dos Evangelhos e do Apóstolo Paulo nas Epístolas. Em segundo lugar, nem sempre é passível fazer uma nítida separação entre teologia e ética, e entre história e ciência. Há casos cruciais que envolvem ambos estes tipos de verdade, como é o caso do Adão literal e histórico (pois o argumento teológico inteiro de Rm 5.14-19 depende da doutrina de ser Adão o pai da raça humana inteira). Não se pode conceder a presença de erros em matéria de história e de ciência sem acabar aceitando que há falsidade em matéria de doutrina.

2 - Antiguidade

2.1. Os Seis Dias da Criação e a Idade do Mundo

Uma leitura superficial de Gênesis cap. 1 deixaria a impressão que o processo inteiro da criação levou seis dias de vinte e quatro horas cada. Se esta tivesse sido a verdadeira intenção do autor hebreu (dedução questionável, conforme será demonstrado a seguir), estaria em contradição com a pesquisa científica moderna, que indica que o planeta terra foi criado há vários bilhões de anos. No século dezenove, a evidência principal em favor desta extrema antiguidade (que era, porém, computada como sendo muito menos do que é atualmente) achava-se no ritmo pelo qual a sedimentação de água é depositada em tempos modernos. No Golfo do México, a sedimentação se deposita na média de alguns poucos centímetros ao ano; mas camadas sedimentadas chegando até 9.000 metros foram achadas, indicando uma passagem de bem mais do que 100.000 anos. Isto seria válido como argumento só pela hipótese uniformitariana, ou seja, que as forças naturais de erosão, sedimentação e ação magmática (ou vulcânica) têm operado nas eras antigas exatamente da mesma maneira que hoje se verifica. Uniformitarianismo tem sido vigorosamente desafiado por algumas autoridades, por causa da evidência dada pelo metamorfismo termodinâmico com violentas inclinações e torções que aparecem em muitas montanhas, e em regiões que são ou eram montanhosas. A aparição de fósseis, muitos deles deixados por espécies de animais que não sobrevivem, nestes extratos sedimentados, servia como um tipo de relógio de tempo, fortalecendo-se assim a impressão de a terra ser bastante antiga. A maioria dos fósseis representava gêneros que tinham desaparecido muito tempo antes da

acumulação dos extratos mais recentes, e, portanto, não poderiam ter sido destruídos por uma catástrofe única como era o dilúvio de Noé. (As espécies numerosas de plantas e animais que viviam nos mares, e que foram achadas em forma fossilizada, estas especialmente teriam resistido aos efeitos do Dilúvio, a não ser que a súbita mistura de água salgada com água fresca explicaria sua extinção).

O conhecimento de física nuclear, cuja expansão recente trouxe a lume um novo tipo de evidência, isto é, o processo de decomposição dos minerais radioativos, parece confirmar a grande antiguidade da terra. Segundo os cálculos dos físicos, o urânio 238 passará, no decurso de quatro bilhões e meio de anos, por 18 estágios intermediários de decomposição (tório 234 etc.), até chegar a chumbo 206, que é um mineral estável e não é mais passível de decomposição através da radioatividade. O rubídio 87 demora sessenta bilhões de anos até se transformar pela decomposição em estrôncio 87. Fazendo um cálculo da proporção do produto derivado à proporção do depósito radioativo original, é possível estimar a idade da amostra examinada.

Os geocronologistas mais recentes aperfeiçoaram técnicas que eliminam, em grande parte, os fatores possíveis de erro (tais como a presença do mineral derivado já na época na qual o próprio isótopo radioativo foi depositado, ou também o derrame de porções da amostra por causa da atuação aquática sub-terrestre). Preferem utilizar dois ou três isótopos radioativos diferentes, quando se podem achar no mesmo depósito, para assim averiguar a exatidão dos resultados computados de cada amostra em decomposição. O método Carbono 14 é mais conhecido ao público em geral. Todas as plantas e todos os animais recebem nos seus tecidos uma certa quantidade de carbono 14 (um produto da decomposição do nitrogênio sob o impacto dos raios cósmicos da atmosfera superior). Depois da morte da planta ou do animal, não pode absorver mais deste carbono 14, e aquele tanto que já tem no seu sistema paulatinamente se decompõe pela radioatividade, até formar nitrogênio 14. Este processo se desenvolve mais rapidamente, porém, num período de apenas 5.580 anos, e por este motivo é inútil datar depósitos tendo 30.000 anos; ou mais de idade?

Será que um intervalo de tempo tão enorme (cinco bilhões de anos ou mais, de acordo com certas estimativas - feitas, é claro, dentro da hipótese uniformista) pode ser reconciliado com os seis dias da criação, segundo Gênesis 1? Isto depende inteiramente da interpretação da palavra hebraica *yōm* ("dia"). Há três teorias alternativas atualmente defendidas pelos estudiosos bíblicos, quanto a estes "dias".

1) A palavra “yôm” representa um dia literal de vinte e quatro horas, e Gn 1.3-2.3 nos dá um relatório duma semana literal na qual Deus completamente restaurou do caos uma criação (registrada em Gn 1.1) que tinha sofrido uma catástrofe (possivelmente na época na qual Satanás e seus anjos foram expulsos da presença de Deus). Apoio para esta interpretação tem sido alegadamente descoberto em Is 45.18 quando se lê que Deus não criou a terra “em vão” ou “para ser um caos” (o heb. Bôhu é a mesma palavra “vazia” de Gn 1.2). Daí, Gn 1.1 deve indicar uma criação completa e perfeita anterior ao estado caótico mencionado em Gn 1.2, pois esta é a única conclusão que se pode tirar de Is 45.18 quando se interpreta assim. (Mas esta interpretação encontra a dificuldade que bôhu em 45.19 significa claramente “em vão”). Pode ser notado quanto a este assunto, que o verbo “era” em Gn 1.2 pode razoavelmente ser traduzido “veio a ser”, a frase sendo interpretada: “E a terra veio a ser sem forma e vazia”. Só uma catástrofe cósmica poderia explicar a introdução da confusão caótica na perfeição original da criação de Deus. Esta interpretação é sustentável pelas leis da exegese, mas se confronta com duas dificuldades principais.

- (a) Esta interpretação significaria que a plena grandiosidade da criação original recebe apenas uma descrição que se reduz a estas palavras: “No princípio criou Deus os céus e a terra”. Em seguida, toda a atenção se dedica a uma reconstrução da ordem do mundo recentemente perturbada, e acontecimentos de há cinco ou seis mil anos;
- (b) Significaria também que o inspirado Livro das Origens não teria nada para dizer acerca da ordem do processo criativo, nem sequer sobre coisa alguma que pertence à geologia. Não haveria mais necessidade de harmonizar a geologia com o Gênesis, pois tratam - segundo esta interpretação - de assuntos inteiramente diferentes.

Talvez seja conveniente mencionar aqui que certos defensores desta teoria muitas vezes a enfeitaram com especulações altamente questionáveis quanto à posição original de Satanás, presidindo o culto a Yahweh num Éden pré-catastrófico, embelezado com árvores carregadas com jóias (comparando o “príncipe de Tiro” de Ez cap. 28 com o próprio Satanás). Jeremias 4.23-26 também tem sido enquadrado nesta teoria da catástrofe, por conter a expressão tōhu wabhōhu (“sem forma e vazia”) achada também em Gn 1.2. Explicando as coisas assim, indica que antes da catástrofe existiam cidades e homens, que foram destruídos algum tempo entre Gn 1.1 e 1.2 (embora Jr 4.23-26 aparentemente descreva uma cena profética duma catástrofe vindoura). Estes “enfeites” são incluídos no livro de G.H. Pember *Earth's*

Earliest Ages – “As Épocas mais Antigas da Terra” (primeira edição 1876), embora não façam parte essencial da teoria da catástrofe, naturalmente.

2) Yôm representa um dia na revelação. Isto é, em seis dias literais, ou possivelmente numa visão que representava a Moisés o drama inteiro da criação em seis dias visionários, Deus descreveu ao seu profeta o mistério de como fizera a criação, e as etapas pelas quais cumpriu a obra. Estes estágios não representam necessariamente uma seqüência estritamente cronológica (sendo que a narrativa da criação dos corpos celestes é adiada até o quarto dia, depois da criação da vegetação que precisa da luz do sol para sua subsistência). Em parte, são cronológicos, e em parte, tópicos. Isto quer dizer, as várias etapas ou fases de criação são apresentadas segundo uma ordem lógica, em relação ao observador humano na terra. É, portanto, mais lógico descrever em primeiro lugar a superfície da terra na qual o observador ficaria em pé, antes de apresentar o sol e a lua que brilham sobre a terra e regulam as estações.

Esta interpretação é talvez sustentável sem abrir mão da infalibilidade da narrativa bíblica. Mas se confronta com uma dificuldade séria (entre outras), que não há a mínima sugestão no texto de Gênesis 1 que seja uma visão que está sendo descrita. Lê-se como uma narrativa singela e direta: No princípio Deus criou os céus e a terra; no primeiro “dia” criou a lua; no segundo dia, separou as águas em superiores e inferiores, e assim por diante. Sendo que a criação inicial mencionada em Gn 1:1 parece que não é incluída no primeiro “dia” da revelação, pergunta-se se esta parte foi incluída na suposta visão concebida a Moisés, ou se isto foi concedido de maneira não-visional. De qualquer maneira, se Gênesis cap. 1 foi apenas uma visão (representando, naturalmente, os verdadeiros fatos da história original) então quase qualquer outra narrativa nas Escrituras pode ser interpretada como sendo uma visão - especialmente se refere a algo que não seria naturalmente passível de observação a um investigador humano ou historiador humano.

3) Yôm representa uma era geológica ou estágio no processo criativo. Esta foi a explicação à qual recorreram os geólogos do século dezenove que respeitavam a autoridade da Bíblia, notavelmente J.W. Dawson (e.g., *The Origin of the World According to Revelation and Science*, - “A Origem do Mundo Segundo a Revelação e a Ciência” - 1877) e James Dana (*Manual of Geology*, 1875). Segundo este ponto de vista o termo yôm não significa um dia literal de vinte e quatro horas, mas é o equivalente de “estágio”. Tem sido freqüentemente asseverado que yôm não pode sustentar esta interpretação, e que significa um dia literal para a mentalidade hebréia e segundo o uso da língua. Mesmo assim, na base da evidência interna, é convicção

do presente escritor que yôm em Gênesis 1 não foi empregado pelo autor hebreu com a intenção de descrever um dia literal de vinte e quatro horas.

Em primeiro lugar, yôm aparentemente é empregado em Gn 2.4 para se referir ao processo criativo inteiro que, no capítulo anterior, foi descrito em “seis dias”: “Esta é a gênese dos céus e da terra quando foram criados, quando o SENHOR Deus os criou” (o segundo “quando” traduz a expressão hebraica “no dia que”). Sendo que os estágios da criação acabam de ser descritos, é legítimo inferir que aqui “dia” quer dizer o processo inteiro desde o primeiro “dia” até ao sexto. Em segundo lugar, Gn 1.27 declara que, depois de criar todos os animais terrestres no sexto dia, Deus criou o homem, tanto o macho como a fêmea. Então, na descrição mais detalhada em Gn cap. 2, informa-se que Deus criou Adão primeiro, e lhe deu a responsabilidade de cuidar do jardim do Éden por um certo período de tempo, até que se tornou aparente a solidão do homem. Então Deus deu a Adão a companhia dos animais da terra, com a oportunidade de dar nomes a todos eles. Adão ainda se sentia só, e criou-lhe uma esposa humana tirando dele uma costela, durante um “sono profundo”. Finalmente, trouxe Eva perante Adão e apresentou-a a ele como companheira para sua vida. Quem poderia imaginar que todas estas transações pudessem ter sido efetuadas num período de 120 minutos do sexto dia (ou até dentro das vinte e quatro horas)? Mesmo assim, Gn 1.27 declara que tanto Adão como Eva foram criados no último dia da criação. É óbvio que os “dias” do primeiro capítulo representam estágios de duração indeterminada, e não dias literais de vinte e quatro horas.

Quanto à objeção de que os “dias” de Gênesis cap. 1 se representam como tendo uma “manhã” e uma “tarde”, e portanto, precisam ser interpretados como sendo literais, pode se responder que a fórmula “tarde e manhã” indica somente que o termo “dia”, apesar de ser símbolo dum estágio geológico, é usado no sentido do ciclo de vinte e quatro horas mais do que no sentido de “dia” em contraste com “noite” (como, por exemplo, “dia” em 1:5a). Ao se tratar deste assunto, deve ser mencionado que as referências em o Novo Testamento que Cristo permaneceu no túmulo “três dias e três noites”, se explicam como sendo o equivalente de “durante um período de três dias, dos de vinte e quatro horas”, e não três dias (de luz do dia) mais três noites. Em outras palavras, Jesus morreu cerca de 15 horas na sexta-feira (uma parte do primeiro, dia dos de vinte e quatro horas), permaneceu no túmulo no sábado, e ressuscitou no domingo (no decurso dum terceiro dia dos de vinte e quatro horas). Já que esta expressão em Gênesis 1, “tarde e manhã, aparece como sendo a maneira hebraica de indicar dias de vinte e quatro horas, era um procedimento lógico chamar três dias deste tipo “três dias e três noites”. (Assim

evitamos as dificuldades encontradas pelas pessoas que querem sustentar uma teoria duma crucificação na quarta-feira, contraindo toda a evidência insuperável de que o fato ocorreu numa sexta-feira).

A teoria “época = dia”, pois, explica os seis dias da criação como sendo uma indicação do esboço geral da obra criadora de Deus, na formação da terra e dos seus habitantes, até o surgimento de Adão e Eva. Geólogos modernos concordam com Gênesis 1 nos seguintes detalhes: (a) A terra começou sua história numa forma confusa e caótica, que subsequente cedeu lugar a um estado mais ordeiro. (b) Surgiram as condições apropriadas à manutenção da vida: a separação do vapor espesso que cercava a terra em nuvens em cima e rios e mares em baixo, com o ciclo de evaporação e precipitação, e também com a penetração da luz do sol, que ia aumentando (sendo que a anterior criação é sugerida pelo primeiro dos mandamentos verbais: “Haja luz!”) na superfície da terra, para onde ia chegando. (c) A separação da terra do mar (ou a emergência da terra por cima do nível das águas, que ia se abaixando) precedia a aparição da vida sobre o solo. (d) A vida vegetal já tinha surgido antes da primeira emergência da vida animal no período cambriano. Quanto a isto, a verdade é que todos os filos invertebrados aparecem ao mesmo tempo de maneira marcadamente súbita nos estratos cambrianos, sem a mínima indicação nos depósitos pré-cambrianos de como estes vários filos, classes e ordens (representados por nada menos do que 5.000 espécies) possam ter-se desenvolvido. (e) Tanto o Livro de Gênesis como a geologia concordam que as formas mais singelas apareceram em primeiro lugar, e só posteriormente as mais complexas. (f) Ambos concordam em dizer que a raça humana tenha surgido como último e mais alto produto do processo da criação.

Sendo assim, a seqüência apresentada nas narrativas harmoniza suas linhas gerais com aquela indicada pelos dados geológicos. É verdade que o registro da criação do sol, da lua e das estrelas no quarto dia não corresponde à evidência de todo conclusiva que o planeta Terra tenha surgido depois da criação do sol. Mas desde que a criação da luz no primeiro “dia” indica a anterior existência do sol mesmo na narrativa mosaica, devemos entender, baseados na exegese, que a ênfase do quarto dia era dada, não à criação original dos corpos celestes como tais, mas sim, à sua disponibilidade para a regulamentação do tempo e dos ciclos da rotação e revolução da terra e da lua. O verbo específico que representa “criar ex nihilo” (bārā), não se emprega em Gênesis, 1.16, onde aparece o termo mais geral: (āsā), “fazer”. A inferência razoável é que antes do quarto dia, o denso vapor que cercava a terra tenha impedido esta possibilidade, apesar de ter havido uma suficiência de luz indireta, penetrando até à superfície da terra, para permitir o crescimento de vida vegetal. (Note-se que o Hebraico de Gn 1.14 pode ser traduzido, “Que os luzeiros no

firmamento dos céus sejam para separar entre o dia e a noite, a fim de que sejam por sinais, etc.”).

Defensores da teoria do dia literal freqüentemente têm mencionado Êxodo 20.11, como confirmação de serem literais os dias. Ao confirmar a santidade do Sábado, o SENHOR declara: “Porque em seis dias fez o SENHOR os céus e a terra... e ao sétimo dia descansou”, Mas isto não pressupõe necessariamente dias literais de vinte e quatro horas, pois o sétimo dia é explicitamente santificado em termos da completação da obra da criação. Para este propósito de observância memorial, a única maneira pela qual a sétima época (a época da completação, segundo a teoria pela qual o “dia” representa uma época) poderia ser santificada, seria com um sétimo dia literal duma semana de sete dias. Certamente seria impraticável dedicar uma época geológica inteira à comemoração duma época geológica!

2.2. O Criacionismo Bíblico e o Evolucionismo Moderno

Uma questão mais fundamental do que a natureza dos dias da criação é a relacionada com o fato de a criação ser divina, em contraste com as teorias rivais da origem do universo, tais como o evolucionismo darwinista. O evolucionismo, conforme sua formulação por Charles Darwin na sua obra *A Origem das Espécies* (1859), procurava a explicação da origem das espécies biológicas na seleção natural e não no desígnio de Deus. Isto quer dizer que o processo pelo qual se desenvolviam as plantas e os animais não era governado por qualquer inteligência divina de acordo com princípios teológicos, mas, ao contrário, segundo um princípio puramente mecânico: a sobrevivência dos mais capazes. No decurso do ciclo reprodutivo segundo os ensinamentos de Darwin, cada geração demonstra ligeiras modificações da geração anterior. Durante um longo período de tempo, depois de centenas e milhares de gerações, algumas destas variações se transformam em características mais ou menos fixas, que então passam à descendência. Estas novas características contribuem à formação de novas variedades ou subespécies e, finalmente, à emergência de novas espécies. Aquelas características que deram aos seus possuidores a capacidade de competir com mais sucesso na luta incessante contra o meio ambiente, foram a garantia da sua sobrevivência. Mas espécies que desenvolveram características que, ao invés de lhes oferecer vantagens, foram empecilhos, ao enfrentar os competidores, tinham a tendência natural de desaparecer. Daí a perpetuação apenas das espécies mais capazes de sobreviver, que seriam, então, espécies bem sucedidas. Assim, o inferior e mais simples foi paulatinamente se transformando no mais avançado e complexo, até que, finalmente, *Homo sapiens* surgiu como o produto supremo da seleção natural -

supostamente por ser mais capacitado para a sobrevivência e com mais sucesso em enfrentar seu meio ambiente.

Quanto à questão mais fundamental de todas, que é a origem da própria matéria, e a questão paralela quanto à origem da primeira forma de vida no limo primevo, Darwin não podia oferecer resposta, senão talvez uma expressão deística (que rebaixaria Deus a situação de mera Primeira Causa, que colocou em andamento o mecanismo e depois Se afastou do cenário). “Poderia inferir da analogia”, disse num certo trecho, “que provavelmente todos os seres orgânicos que já viveram nesta terra são descendentes duma forma primordial, na qual a vida foi originalmente soprada pelo Criador”. Não há, portanto, nada de completamente ateu na formulação da evolução apresentada por Darwin, no que diz respeito à origem da matéria, mas apesar disso muitos dos seus seguidores optaram pela existência eterna da matéria para evitar reconhecer a existência de Deus. Mesmo assim, não sobrou nenhuma base objetiva para a Lei Moral ou para os valores espirituais além da consideração materialista da sobrevivência, a sobrevivência dos “mais capazes”. Além disto, a teoria darwinista não tinha lugar para qualquer atuação divina significativa no processo da “criação”; a não ser a criação da matéria-prima “primeva”, não havia realmente qualquer idéia de “criar”, mas só o desenvolvimento de acordo com a seleção natural. Isto representava uma contradição quase total de Gênesis capítulo 1.

1) Do ponto de vista da genética (a ciência da hereditariedade), as suposições básicas da seleção natural contrariam totalmente a evidência. Muitas décadas de pesquisas meticolosas demonstraram que, por mais verdadeiro que seja o fato de que há ligeiras diferenças dentro de cada espécie, não é verdadeiro que estas variações são especialmente herdadas pela próxima geração. As experiências extensas de Gregor J. Mendel demonstraram que a gama de variações possíveis dentro duma espécie era estritamente limitada e não contribuía com qualquer progresso na direção do desenvolvimento duma nova espécie. Desta forma, os elementos de um tipo puro de ervilhas de crescimento alto podem ter pequenas variações de altura entre si, mas a descendência das ervilhas altas não possui uma altura média maior do que a das ervilhas curtas. É verdade que pela criação seletiva seja possível enfatizar certas características dentro duma espécie, ao ponto de se produzir uma linhagem especial (como é o caso das muitas raças de cães), mas existe um círculo de possibilidades estritamente limitado, além do qual nenhum criador pode progredir. Noutras palavras, não tem a capacidade de desenvolver uma nova espécie.

O mesmo veredicto precisa ser pronunciado contra a teoria de Jean Baptiste de Lamarck, da possibilidade de herdar características adquiridas (teoria à qual Darwin ocasionalmente apelava quando a mera seleção parecia ser inadequada para dar conta duma série de fatos). Apesar dum sem-número de experiências realizadas para comprovar a “herança do uso” (conforme se chama) de Lamark, o resultado global tem sido totalmente negativo. As características que o pai adquire por meio de esforços especiais, não passam aos filhos, simplesmente porque não há nenhuma maneira possível pela qual estas características adquiridas (tais como a proficiência no atletismo) possam afetar os genes. Toda a hereditariedade (pelo menos no lado não-espiritual) parece depender da química dos próprios genes. Quanto à forma ou à estrutura dos animais, não existe uma alegação sequer duma prova de herança do uso que não tenha sido subseqüentemente desacreditada.

Deve ser acrescentado que embora falte evidência de se poder herdar variações individuais, existem, porém, súbitas mudanças ou mutações que às vezes ocorrem na história da espécie. Por exemplo, uma nova variedade de plantas, isolada em pequenas colônias, como numa encosta montanhosa, pode ser o resultado duma mutação súbita (envolvendo ligeira alteração dos próprios genes). Permanece, porém, o fato, que apesar de terem sido estudadas de perto milhares de mutações, não foi demonstrado um único exemplar pelo qual uma mutação criou um animal mais complicado, ou deu origem a uma nova estrutura. Desde os dias de Darwin, nenhum progresso tem sido feito na solução dos problemas fundamentais da evolução. Numa análise do livro “Animal Cytology and Evulution” (“A Citologia Animal e a Evolução”), 1954, de Ed. J.D. White, I. Manton disse: “As causas fundamentais da evolução em grande escala, conforme tem ocorrido através das eras geológicas, na formação dos grandes grupos de animais e plantas, ainda não podem ser descritas ou explicadas” (Nature, 1948, 157, p.713).

2) O argumento de Darwin, tirado dos dados da embriologia, é demonstravelmente cheio de falácias. Segundo seu raciocínio, o feto, ao se desenvolver no útero, recapitula a totalidade do seu passado evolucionário, enquanto o óvulo fertilizado vai crescendo e produzindo mais e mais órgãos e membros complicados. As bolsas viscerais no embrião humano, por exemplo, seriam o equivalente às guelras dos peixes, indicando portanto, a emergência do homem duma forma de vida de peixe. Mas este tipo de raciocínio ignora convenientemente o fato indubitável de que estas estruturas nunca funcionam como guelras em qualquer estágio da vida do embrião. Realmente, é difícil perceber como a teoria de recapitulação possa ser harmonizada com a real seqüência do desenvolvimento dentro do feto. Por exemplo, a superfície respiratória não se

desenvolve até um estágio bem avançado do desenvolvimento do embrião dentro do útero; mas é inconcebível que em qualquer estágio pré-humano, o suposto ancestral do homem pudesse ter sobrevivido sem qualquer mecanismo respiratório sequer. Além disto, a cabeça do embrião é enorme em proporção ao restante do corpo enquanto que a cabeça de todos os ancestrais putativos da raça humana era relativamente pequena em proporção ao corpo. Não é sequer verdade que os órgãos simples do feto iam se complicando. O olho, por exemplo, é o resultado do ajustamento de várias partes diferentes, que, segundo parece, foram formadas separadamente no início, sendo então combinadas de acordo com um padrão predeterminado que não tem nenhuma causa física que se possa descobrir.

Decerto, é bem verdade que os embriões de todos os mamíferos se desenvolvem de óvulos unicelulares, que parecem quase idênticos, e que durante os primeiros estágios permanece esta semelhança. Mas será que este fato requer uma teoria de que todos os mamíferos se desenvolveram dos mesmos ancestrais pré-mamíferos? Uma explicação muito mais óbvia é que, no desenvolvimento do embrião, do seu estágio inicial de óvulo unicelular, as partes mais simples têm que ser formadas antes que se possam desenvolver as partes mais complicadas. Dificilmente poderíamos imaginar que os ajustamentos mais delicados, e os órgãos complicados, pudessem chegar a existir antes da estrutura básica à qual terão que ser ligadas. Mas postular uma origem ancestral comum para explicar as semelhanças das primeiras formas é tão irrazoável (citando a expressão pungente de Clark), como imaginar que as gotas de chuva se derivam de pedregulhos, porque ambos têm forma esférica. “Há uma conexão real, mas esta é matemática, inerente à natureza do universo, e não se deve a qualquer conexão direta entre os objetos”.

Pode-se dizer com segurança que não há quaisquer dados da embriologia que não revelam a operação do desígnio e propósito deliberados dum Criador todo sábio, mais do que a operação mecânica da seleção natural. Muito ocasionalmente, no crescimento dum embrião, parece haver mal funcionamento dum dos mecanismos de crescimento. Então acontece que um novo mecanismo, totalmente diferente, pode entrar em jogo, para produzir a estrutura desejada. As vezes, dois ou três destes mecanismos de “segurança” são chamados a desempenhar seu papel, para garantir o desenvolvimento apropriado do feto; mas, inexplicavelmente, começam a agir no momento necessário. Mas sendo porém raros tais maus funcionamentos, é quase impossível explicá-los pela teoria da “sobrevivência dos mais aptos”. Assemelha-se muito mais à intervenção duma inteligência divina. Não é que se pretende negar que alguns fetos se desenvolvem incorretamente, produzindo exemplares defeituosos que dificilmente poderiam sobreviver ou cumprir qualquer função útil. No caso dos seres humanos, os resultados podem ser bem trágicos, e de difícil explicação. Seguindo-se as pressuposições darwinianas, porém, seria difícil

explicar o senso do patético causado por este exemplo de disteleologia. O darwinista consistente só poderia dar de ombros e dizer: “É surpreendente que não haja mais exemplares deste tipo”. Não há, afinal, para o darwinista nenhuma resposta além da seleção natural mecanística e a sobrevivência dos mais aptos”.

3) A seleção natural não pode esclarecer os inúmeros exemplos de adaptação, nos quais não há, aparentemente, nenhum estágio transitório. A seleção natural nos levaria a imaginar que as formigas e os cupins aprenderam a conviver em colônias por terem descoberto, através da experiência, que isto incrementaria suas possibilidades de sobrevivência. Não existe, porém, qualquer evidência entre os fósseis que tenha havido formigas ou cupins antes de surgir esta vida organizada em colônias. Ou, tomando um exemplo da anatomia, precisamos considerar como qualquer estágio transitório do desenvolvimento do órgão da visão poderia ter conferido qualquer possível vantagem na batalha da sobrevivência, até a formação completa do olho. Se o animal tivesse possuído (na sua fase transitória) uma simples área de pele especialmente sensível à luz, e se o processo de seleção natural se tivesse aplicado às suas sucessivas mutações, como é que algo menos do que a própria vista poderia ter equipado o animal para sobreviver com mais sucesso do que seus competidores que não tinham esta pele fotossensível? A hipótese darwinista necessariamente implica em que, a cada estágio do desenvolvimento de organismos novos e mais complicados, até antes de poderem ser utilizados na prática, o animal em desenvolvimento tenha gozado alguma vantagem específica sobre seus competidores. Quanto ao exemplo, muito citado, do ciclo de crescimento dará, o princípio da seleção natural não explica muita coisa. Pode, sim, concebivelmente servir como explicação de como os girinos aprenderam a nadar, alimentar-se e fugir dos inimigos mais eficientemente do que seus ancestrais menos capacitados. Mas será que isto lança luz sobre o motivo pelo qual se transformaram finalmente em rãs? Será que se pode argumentar com seriedade que as rãs são mais capazes de sobreviver do que peixes? É claro que é necessário achar uma explicação mais sofisticada do que a seleção natural meramente mecânica.

Em resumo, a teoria darwinista explica os dados da biologia muito menos adequadamente do que a afirmação de Gênesis capítulo 1, sublimemente singela, que todas as espécies de vida vegetal e animal surgiram como resposta à vontade criadora de Deus onipotente e onisciente, e que seu desenvolvimento posterior tem sido governado, em cada estágio, por Seus desígnios. Todas as semelhanças estruturais (tais como as semelhanças esqueléticas tão citadas para indicar uma relação genética entre o homem e as ordens inferiores de vertebrados) podem ser

esclarecidas de maneira satisfatória como sendo uma força diretriz operando de fora (ou de cima), e não forças mecânicas operando de dentro dos tecidos vivos, como tais. Mesmo o fenômeno dos vestígios, que parecem ser inúteis, tais como o cócix no término da espinha humana, não demonstra uma herança remontando até os símios com caudas. Tais vestígios apenas testificam um plano geral ou básico seguido pela força criadora (ou pela inteligência divina) que fez os vários filos vertebrados.

Um semelhante costume de conservar vestígios de desenhos da engenharia pode ser percebido no desenvolvimento do automóvel, ano após ano, desde (digamos) o sedã Ford 1901 e o modelo de 1964. Em certos casos, vestígios (como conservar a abertura parava manivela na base do radiador anos depois de haver arranque automático para o carro) marcaram a evolução desta marca de carro. O mesmo se pode dizer das “portinholas” dos modelos Buick entre os anos de 1940 e 1950, (até o vestígio-símbolo do modelo de 1957). Mas não se pode dizer que os modelos anteriores se tornaram mais avançados ou mais complicados; esta foi a obra dos desenhistas e engenheiros que produziram um modelo novo para cada ano sucessivo. Não há nada nos dados da geologia, ou da biologia em geral, que pudesse indicar que o procedimento do próprio Criador tenha sido essencialmente diferente. Uma vez que um modelo, ou espécie, foi criado, então estava pronto para a produção em massa, mediante o sistema embutido de procriação e reprodução com o qual todos os animais são equipados - sendo que cada espécie é controlada dentro dos limites mendelianos dos seus próprios genes específicos.

4) O abandono moderno da teoria darwiniana da diferenciação gradual como sendo o mecanismo pelo qual todas as classes e ordens de vida se evoluíram, levou à substituição dum novo tipo de evolução (a teria dos quanta) que recebe o apoio da maioria dos cientistas de destaque dos nossos dias. Mas a evolução emergente envolve fatores de mutação ou mudança tão súbita e radical, que pode ser classificada na categoria de mero credo filosófico incapaz de ser averiguando por métodos de laboratório, e de explicação seguindo princípios meramente mecânicos. Na geração de Darwin, esperava-se confiantemente que pesquisas geológicas e bio1ógicas nas décadas subseqüentes revelariam as formas de vida que haveriam de preencher as lacunas existentes entre as várias ordens e filos. Mas a maioria dos cientistas do século vinte desistiram completamente desta busca.

Austin H. Clark (The New Evolution – “A Nova Evolução” - 1930, p. 189), por exemplo, mencionou “a inteira falta de intermediários entre os principais grupos de

animais - como, por exemplo, entre os animais com espinha ou vertebrados, os equinodermos, os moluscos e os antropóides”. Disse mais: “Se estivermos dispostos a aceitar os fatos, teríamos que crer que nunca existiram tais intermediários, ou, noutras palavras, que estes grupos principais tiveram o mesmo relacionamento mútuo que até hoje conservam”. Semelhantemente, G. G. Simpson indicou que cada uma das trinta e duas ordens de mamíferos apareceu subitamente na história paleontológica. Declarou: “Os membros de cada ordem já têm os característicos básicos ordinais desde seu exemplar conhecido mais primitivo, e em nenhum caso se conhece uma seqüência quase contínua duma ordem até outra” (Time and Mode in Evolution - “Ritmo e Modo na Evolução”, 1944, p. 106).

Clark, Simpson e seus colegas modernos se refugiaram, pois, na teoria da evolução emergente, que afirma que novas formas dramáticas surgem ao mero acaso, ou por algum tipo de resposta criativa a novos fatores que não suportam mais análise ou descrição racional. Mas como é que tal explicação (que realmente não é uma explicação mas só um apelo à fé) pode ser considerada uma alternativa mais razoável do que o ato criador duma inteligência superior? Conforme a declaração de Carl Henry: “A suposição duma emergência abrupta fica tão longe do campo de análise científica com um apelo às forças criadoras sobrenaturais”.

Apesar destas considerações porém (ou talvez em ignorância delas), há muitos cristãos dedicados que estão dispostos a aceitar a teoria da evolução numa base teística. Isto quer dizer, professam lealdade à teoria do processo mecânico de seleção natural (segundo a formulação de Darwin), ou até à mais recente teoria emergente da evolução; mas mesmo assim insistem que a matéria não é eterna (que os não-teístas têm que supor), mas que foi criada por Deus ex nihilo. Além disto, consideram que o mecanismo inteiro do processo evolutivo tenha sido planejado e controlado por Deus, e não por alguma força misteriosa que não pode ser completamente explicada pela ciência.

Deve ser explicado às pessoas que sustentam esta posição que, historicamente, a teoria inteira foi elaborada para explicar o desenvolvimento da vida em princípios mecânicos puramente naturais, sem necessitar de qualquer influência divina. Darwin e seus colegas fizeram os maiores esforços para derrubar o argumento pela existência de Deus, baseado na evidência de haver desígnio na natureza, e exploraram todos os exemplos concebíveis de disteleologia e de falta de propósito que poderiam descobrir. Mencionaram o fato que dos milhares de ovos depositados pela mãe-peixe, só uma porcentagem mínima sobrevive para atingir a maturidade, e

que poucas sementes caídas duma árvore sobrevivem para produzir novas árvores. (Assim, convenientemente, deixava-se de mencionar o estoque de gêneros alimentícios armazenado para outros animais por causa desta superabundância). Fazia-se um esforço consistente de explicar o universo sem a existência de Deus. Por este motivo, o evolucionismo darwiniano tomou-se a filosofia oficial dos principais movimentos ateus do século vinte (tais como as formas mais puras do Nazismo e do Socialismo Marxista). A concessão de Darwin, de que um poder superior pudesse ter suprido a matéria-prima original e os impulsos vitais que deram origem à evolução no princípio, nem por isso deixou de ser uma negação completa da revelação hebraico-cristã. Levou inevitavelmente ao resultado que os conceitos de moral e de religião que se descobrem na raça humana sejam considerados a mera combinação fortuita de moléculas, não representando, portanto, qualquer realidade espiritual.

O evolucionismo, como filosofia ou cosmovisão realmente envolve uma negação aberta de realidades espirituais, assim como rejeita também a existência dum Deus pessoal. Todos os seus principais expoentes têm declarado isto em termos inequívocos. O livro de Ernst Haeckel, *The Riddle of the Universe* – “O Enigma do Universo” (1929) adotou a tese de evolucionismo para desaprovar a religião sobrenatural, tornando-se assim, uma das maiores influências em prol do ateísmo do século vinte. G. G. Simpson declarou que uma aceitação total do evolucionismo é inconsistente com a crença de que Deus está ativo no universo. O próprio Charles Darwin, numa entrevista com um repórter dum jornal, pouco depois da publicação de “*A Origem das Espécies*”, simplesmente deu de ombros perante a questão moral em toda a sua totalidade. Quando lhe perguntaram se seu livro não mostraria a cada criminoso como justificar suas atividades, Darwin disse que a acusação era “uma boa sátira”, e deixou o assunto sem resposta. Levando em conta fatores como estes, parece ser um procedimento dúbio para o cristão convicto que quer ser leal às Escrituras, declarar-se evolucionista, a não ser num sentido muito restrito - um sentido que de fato seria totalmente inaceitável a Darwin e a todos os seus seguidores. Para o cristão, não há alternativa a não ser reconhecer a seleção “natural” como sendo a seleção divina, seja de maneira direta, seja de maneira indireta.

2.3. A Antiguidade da Raça Humana

Desde as primeiras descobertas de fósseis e dos artefatos do homem pré-histórico, feitas na década de 1850, a antiguidade da raça humana tem constituído um problema de reconciliação com o relato de Gênesis. Segundo estimativas modernas, o assim-chamado Homem de Swanscombe (descoberto em Kent, Inglaterra), o Pitecantropo (achado em Java), e o Sinantropo (descoberto em Pequim,

China),viviavam em qualquer época entre há 200.000 e 500.000 anos. Todos eles demonstram diferenças marcantes do Homo sapiens, sem dúvida, e alguns paleantropólogos reconheceram que “as diferenças dos dentes e do crânio... parecem ser tão marcantes como aquelas que comumente seriam consideradas aceitáveis para justificar uma distinção genética entre o gorila e o chimpanzé”.

Quanto ao Homem de Neanderthal, que comumente é datado entre há 50.000 e 100.000 anos, o mesmo escritor declara: “As diferenças esqueléticas entre este e o Homo sapiens são realmente do mesmo montante que aqueles que se aceitam como evidência válida de distinções específicas em outros grupos de primatas”. Estes antropóides antigos não podem ser desprezados como sendo meros símios na sua mentalidade, pois os ossos vêm acompanhados por implementos de pedra, tais como pontas de flechas, machados, etc., e os remanescentes de cinzas são forte evidência pelo seu uso de fogo para cozinhar. Especialmente no caso dos depósitos de Neanderthal, parece haver evidência de enterros acompanhados por implementos como se houvesse algum tipo de crença na vida além-morte (necessitando o uso de tais implementos - ou seus equivalentes espirituais - pelos mortos). Semelhantemente, foram descobertas estatuetas grosseiras, que talvez tivessem tido finalidades.

2.3.1. A Historicidade de Adão e a Queda

Quanto ao relacionamento entre Gênesis 2 e Gênesis 1, já foi indicado que o emprego dos nomes divinos (Elohim e Javé) pode ser reconciliado perfeitamente com a unidade de autoria. Sendo que Elohim (“Deus”) era o nome apropriado para contextos fora da Aliança, Moisés (supondo-se que foi ele o autor do Livro inteiro), pode muito bem ter empregado este nome exclusivamente para o relato da criação no capítulo 1, empregando o nome Javé para a maior parte do capítulo 2, ao tratar da Aliança de obras estabelecida entre Deus e Adão.

Questões têm sido levantadas quanto à seriedade de se aceitar a narrativa inteira sobre Adão e Eva (e a serpente no Jardim do Éden) como história literal. Muitos preferem considerá-la um simples mito ou fábula (“supra-história”, segundo o termo neo-ortodoxo) no qual o colapso moral do homem se descreve através dum episódio fictício escrito como ilustração do mesmo. (Mas, sendo que, de fato o homem é um ser caído, um agente moral com um senso íntimo de culpa, o mito reflete uma verdade sublime, apesar de nunca ter acontecido um episódio isolado deste tipo). Nenhuma objeção decisiva, porém, tem sido levantada contra a historicidade de

Adão e Eva, em bases históricas, científicas ou filosóficas. O protesto tem sido baseado essencialmente em conceitos subjetivos de improbabilidade.

Do ponto de vista da lógica, é praticamente impossível aceitar a autoridade de Romanos 5 (“Por um só homem entrou o pecado no mundo.... Pela ofensa de um, e por meio de um só, reinou a morte.... Pela desobediência de um só homem muitos se tomaram pecadores”) sem aceitar a inferência que há raça humana inteira advém dum único progenitor. Em Romanos 5 há um contraste entre Adão e Cristo. Se, portanto, Cristo era um indivíduo histórico, Adão também o era (senão, o Apóstolo inspirado estava errado). Semelhantemente, Paulo aceita os detalhes de Gênesis 2, e os da tentação e da queda em Gênesis 3, como sendo história literal. Em 1 Timóteo 2:13 e 14 diz: “Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão”. Não há nenhuma dúvida que os autores do Novo Testamento aceitaram a historicidade literal de Adão e Eva. A origem da raça humana é necessariamente assunto de revelação da parte de Deus, visto que nenhum registro escrito poderia remontar a uma época anterior à invenção da escrita. É concebível que o verdadeiro relatório da origem do homem pudesse ter sido transmitido pela tradição oral (e talvez existisse esta tradição até a época de Moisés). Mas, fora da Revelação, registrada por escrito como Escritura inspirada, não poderia haver qualquer certeza quanto à variedade estonteante de lendas da origem do homem conhecidas entre as muitas diferentes culturas da terra, no sentido de saber qual era o relato verdadeiro e digno de confiança. Aqui, o registro inspirado fala dum Adão e duma Eva literais, e não dá a mínima impressão que a narrativa seja mitológica na sua intenção. Certamente Cristo e os Apóstolos receberam-na como sendo história verdadeira.

Alguns escritores modernos, tais como Alan Richardson, compararam a matéria narrativa de Gênesis caps. 1-11 às parábolas do Novo Testamento. “Uma parábola é uma estória que pode ser ou não ser verdadeira, literalmente falando (ninguém pergunta se literalmente “aconteceu” o incidente do Bom Samaritano); mas é certo que transmite um sentido além de si mesma. Implica em que, além das palavras da estória que nossos ouvidos físicos captam, há um sentido compreensível somente à nossa audição espiritual” (A. Richardson, “Gênesis I-IX” SCM, 1953, p. 28). Mas esta comparação com as parábolas do Novo Testamento envolve a pressuposição que o autor de Gênesis tinha a intenção de que a narrativa dos capítulos 1- 11 tenha sido mera analogia ou comparação, para ilustrar alguma verdade teológica, sem desejar que seus leitores tivessem a impressão que estes episódios narrados tivessem acontecido na história real. A introdução característica às parábolas de Jesus era: “O reino de Deus é como...”. Sempre há algum ensinamento da doutrina ou da ética

que está sendo explicada ao ouvinte, e apela-se a uma ilustração para dar clareza ao ponto. Mas não há nenhuma estrutura deste tipo nas narrativas e listas genealógicas de Gênesis 1-11. Em nenhum trecho se declara que a origem do mundo ou da raça humana seja como algo análogo. Uma parábola nunca é explicada em termos de si própria; sempre envolve uma analogia tirada de outra coisa semelhante. Assim como nunca teria sido escrito: “O reino de Deus é como o reino de Deus”, assim também não pode ter havido a intenção de implicar que “A origem da raça humana é como a origem da raça humana”, ou “O Dilúvio universal é como o Dilúvio universal”. Vê-se, portanto, que aqui falta o elemento parabólico, tomando insustentável a interpretação de Richardson.

2.4. O Dilúvio

O dilúvio sempre foi assunto de controvérsia e questionamento. Isso se deve a muitos fatores. Alfred M. Rehwinkel em sua monumental obra sobre o “Dilúvio” diz com muita razão: “Até cerca de cem anos atrás o fato histórico do Dilúvio era quase universalmente aceito, não só pelos membros da igreja católica e protestante, mas também pelos homens da ciência. Surgiu, então, a doutrina denominada uniformitarismo e, com ela, o darwinismo; a catástrofe do Dilúvio não se encaixou no sistema. Foi rejeitado por motivos geológicos, biológicos e históricos. Os livros de texto destas ciências continuam ignorando totalmente o Dilúvio, e qualquer pessoa que ainda continue seriamente defendendo a crença no Dilúvio universal encontra oposição, desprezo e o ridículo até mesmo em muitos setores da igreja”.

Não obstante, a tradição evangélica tem aceitado a literalidade do dilúvio e suas implicações ambientais e teológicas, mesmo em se tratando de um relato antigo e com número cientificamente insuficiente de informações para traçar um paralelo mais seguro entre a concepção atual e a narrativa histórica, o que não invalida nem desmerece o conteúdo bíblico.

2.4.1. Definição

Laudelino Freire diz: “S.M. Lat. *diluvium*. Inundação extraordinária. 2. Inundação universal, de que fala a Bíblia. 3. Enorme porção de líquidos. 4. Grande chuva; forte temporal”.

“O Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa” define: “Inundação extraordinária. 2. Castigo imposto por Deus aos homens ao tempo de Noé e relatado no Antigo Testamento. 3. Grande quantidade de líquidos”. 4. Chuva copiosa e torrencial.

Na Bíblia, “Dilúvio” é o derramar do Juízo de Deus sobre a impiedade humana tão degenerada, decaída e perversa nos dias de Noé, como vem registrado em Gênesis 6, 7, 8 e 9.

2.4.2. A Bíblia Confirma a Própria Bíblia

As provas intrínsecas da Bíblia constituem argumento que ninguém consegue refutar, a não ser os que entram no santuário do Livro Santo, com espírito pré-concebido. Estes agem assim, ou por solidariedade com alguém do passado que assim pensou, ou por achar a posição ortodoxa na Palavra de Deus, ridícula para uma época ultra científica como a nossa.

A Bíblia toda confirma o Dilúvio, senão vejamos os seguintes textos: Mt 24.38, 39; Lc 17.27 e 2Pd 2.5. A Bíblia toda aceita Noé, como o Patriarca do Dilúvio, como constatamos das seguintes escrituras: 1Cr 14.4; Is 5.9; Ez 14.14, 20; Mt 24.37; Lc 3.36; 17.26, 27; Hb 11.7; 1Pd 3.30 e 2Pd 2.5.

2.4.3. As Características dos Povos Pré-Diluvianos

As características dessa terrível corrupção moral da humanidade antediluviana são três:

1) *Universalidade* (Gn 6.5, 12). O pequeno estopim que o homem acendeu com o fogo da desobediência a Deus, ateou, alastrou e incendiou a humanidade toda, exceto Noé e sua família, como verificamos em Gênesis 6.8, 9. A tendência do pecado é crescer e multiplicar. Vemos hoje como evolui o álcool, o entorpecente, o tabaco, o crime, a prostituição, a idolatria. O Senhor Jesus refere-se ao “multiplicar da iniquidade” (Mt 24.12). Como a maldade humana dos dias de Noé levou para o dilúvio, a de nossos dias levará fatalmente para o fogo (2Pd 3.6, 7).

2) *Totalidade* (Gn 6.5). Cada indivíduo pecava e não se arrependia da maldade que cometia; continuava a pecar e envolvia outros no seu pecado. E desse modo,

todos pecaram, exceto Noé e sua família. Naturalmente, está sendo referido o pecado de obstinação contra Deus.

3) *Continuidade* (Gn 6.5). “Todo o desígnio do seu coração era continuamente mau!” Não era um simples pecar irrefletido, seguido de arrependimento, não; era antes um pecar incessante, contínuo. Partia da fonte - o coração e tornou-se um estado normal no homem. Só pensava pecado, só sentia pecado, só via pecado, só queria pecado, só imaginava pecado. Não aceitava outra coisa. Estava tão cauterizado o seu coração, que já não mais ouvia a voz dos céus, nem os apelos do Senhor. Deus plantou uma boa semente, que germinou e cresceu e frutificou; quando, porém, foi colher, nada houve que se aproveitasse. O remédio para isto só podia ser destruição.

E Deus deu cabo de toda a humanidade que se entregou à perversidade e de todo o coração. Com o verbo “arrepender” a Bíblia expressa a tristeza profunda do coração de Deus, diante maldade continua do homem que criou para sua glória.

2.4.4. O tempo da clemência de Deus

Em Gênesis 6:3 lemos que o Espírito de Deus não agiria para sempre no homem, pois o homem era carnal, e os seus dias seriam cento e vinte anos. Temos aqui, sem dúvida alguma, um lapso de tempo: 120 anos. A que se refere? Ao tempo de vida do homem sobre a terra, ou ao tempo em que Deus traria o dilúvio? Por certo, a este último. Deus não apanha ninguém de surpresa. “Deus não tem prazer na morte do ímpio” (Ez 33.11). Deus viu a maldade continua do homem; fez-lhe apelos para que se arrependesse; não atendeu. O Senhor anunciou o dilúvio. Deus, porém, tempo para que o homem abandonasse os seus maus caminhos. E o tempo foi dilatado: 120 anos. Nesse interregno, Deus dava tempo ao homem se voltar para o céu, e também para que Noé e sua família pudessem construir a arca e tudo preparar para Deus trazer o grande dilúvio.

E Deus age sempre assim, porque “é amor”. Em 2 Pedro 3.9 lemos que Deus é clemente. Não retarda a sua promessa de castigo ao perverso, mas sendo longânimo, dá tempo ao homem para se arrepender. E nos 120 anos entre o anúncio do dilúvio e o dilúvio, quanta oportunidade o transgressor teve para abandonar o seu caminho ímpio e se voltar para Deus! Cada martelada que Noé dava na feitura da arca, era um apelo para a vida, a pureza e a santidade. E o

Senhor Jesus disse “Como foi nos dias de Noé, assim será na vinda do Filho do homem” (Lc 17.26).

2.4.5. Preparativos para o Dilúvio

“Disse Deus a Noé: Resolvi dar cabo de toda carne, porque a terra está cheia da violência dos homens: eis que farei perecer juntamente com a terra. Faze uma arca de tábuas de cipreste; nela farás compartimentos, e a calafetarás com betume por dentro e por fora. Deste modo a farás: de trezentos côvados será o seu comprimento, de cinquenta a largura, a altura de trinta. Farás ao seu redor uma abertura de um côvado de alto; a porta da arca colocarás lateralmente; farás pavimentos na arca: um em baixo, um segundo e um terceiro” (Gn 6.13-16).

O importante aqui é o comprimento do côvado que pode variar conforme os pesquisadores de 45 até 60 cm.

Tomando-se aqui o côvado por 0,60 m podemos calcular as dimensões da arca de Noé:

Comprimento: $300 \text{ cov.} \times 0,60 = 180 \text{ m}$

Largura: $50 \text{ cov.} \times 0,60 = 30\text{m}$

Altura: $30 \text{ cov.} \times 0,60 = 18\text{m}$

A área de um pavimento: $180 \text{ m} \times 30\text{m} = 5.400 \text{ m}^2$

Tinha três pavimentos: $5.400 \text{ m}^2 \times 3 = 16.200 \text{ m}^2$

Cada pavimento da arca com 5.400 m^2 era enorme. E nos três pavimentos Noé contava com uma área de 16.200 m^2 . Em cada um deles podia colocar animais segundo as suas espécies. Vemos assim, que a arca era um navio colossal e não um simples barquinho.

2.4.6. Quando Veio o Dilúvio?

Determinar o tempo exato quando veio o dilúvio, não é tarefa simples. Temos, na realidade, um sem número de tradições sobre o dilúvio, mas nenhuma delas assinala o tempo da terrível ocorrência. Platão, no seu imortal “Timeo e Critias” refere-se a um dilúvio ocorrido 9.000 anos antes de Sólon, ou seja, 11.500 anos até nossos dias. Pela prova do carbono 14 descobriu-se que há 11.500 anos, exatamente na época que Platão coloca o seu dilúvio, o nível do mar subiu repentinamente 122 m. Se confirmada tal notícia, haveria uma razão fortíssima de coincidência com a tradição egípcia sobre o dilúvio. Encontrou-se um inexplicável hiato na marcha da cultura, que coincide também com o tempo do dilúvio egípcio. Esse hiato estaria entre os períodos magdalenense e neolítico, e isto está além da nossa história. Todavia, isso é mera hipótese.

De uma coisa, entretanto, estamos seguros: a humanidade antidiluviana alcançou um grau muito elevado de cultura e de estrutura social. Isto gerou orgulho no homem, e o orgulho levou o homem ao pecado, terrível e tenebroso descrito em Gênesis 6:5. E o homem, por causa da sua tecnologia, da sua ciência, esqueceu-se de Deus, entregando-se à loucura do seu obstinado coração. Outro não podia ser o castigo de Deus, outro não seria o resultado fatal, que foi o dilúvio.

2.4.7. Quanto Tempo Durou o Dilúvio?

A Bíblia omite o tempo em que veio o dilúvio, no entanto, “quanto” durou, é clara e rica em detalhes.

“O Novo Dicionário da Bíblia” diz: “Noé entrou na arca no décimo sétimo dia do segundo mês do ano 600 de sua vida (7.11), e a terra já estava seca no vigésimo sétimo dia do segundo mês de seu ano 601, pelo que, se contarmos 30 dias para cada mês, o dilúvio ter-se-ia prolongado por 371 dias. As chuvas caíram durante 40 dias (7.12), e as águas continuaram subindo durante mais 110 dias (7.24) = 150 dias; então as águas diminuíram durante 74 dias (8.5) = 224 dias; 40 dias depois foi solto o corvo (8.6, 7) = 264 dias; 7 dias mais tarde Noé soltou a pomba (8.8), com a implicação de outros 7 dias em 8.10 = 271 dias; então soltou-a novamente 7 dias mais tarde (8.10) = 278 dias; e ainda pela terceira vez, 7 dias mais tarde (8.12) = 285 dias; Noé removeu a cobertura da arca 29 dias depois (8.13 com 7.11) = 314 dias; e a terra ficou finalmente seca 57 dias depois (8.14) = 371 dias no total”.

2.4.8. Os Ocupantes da Arca

Foram oito pessoas: 1) Noé, 2) A esposa de Noé; 3) Sem e 4) Sua esposa; 5) Cão e 6) Sua esposa; 7) Jafé e 8) Sua esposa. Noé não teve nenhum neto antes e durante o dilúvio. O Novo Testamento confirma o número de seres humanos que entrou para a arca (2 Pd 3.20). Todo o gênero humano foi destruído da face da terra, com exceção dessas oito pessoas, agora, vejamos como foi com os animais: em Gênesis 6.7 temos a resolução de Deus: o Senhor resolveu dar cabo dos animais da terra, os répteis e as aves dos céus. Em 6.17 o Senhor Deus diz que consumirá toda carne em que há fôlego de vida debaixo dos céus: tudo o que há na terra perecerá. Em 7.2, Deus especifica o número de animais que entrariam na arca: 1) de animais limpos, sete pares de cada um, macho e sua fêmea; 2) dos animais imundos, um par, o macho e sua fêmea; 3) das aves dos céus, sete pares: macho e fêmea. Em 7.9 lemos: Entraram para Noé, na arca, de dois em dois, macho e fêmea, como Deus lhe ordenara. Chamamos a atenção do leitor para o verbo “entraram”. Noé não precisou ir caçá-los. Em 6.20 temos o sentido amplo: “Das aves segundo as suas espécies, do gado segundo as suas espécies, de todo réptil da terra segundo as suas espécies, dois de cada espécie, virão a ti, para os conservares em vida”.

“Virão a Ti”. Deus que criou tudo, que tem todo poder, enviou a Noé na arca, animais e aves. “Nesse mesmo dia entraram na arca, Noé, seus filhos Sem, Cão e Jafé, sua mulher e as mulheres de seus filhos; eles, e todos os animais segundo as suas espécies, todos os répteis que rastejam sobre a terra segundo as suas espécies, todos os pássaros, e tudo o que tem asa. De toda carne, em que havia fôlego de vida, entraram de dois em dois para Noé na arca; eram macho e fêmea os que entraram de toda carne. Como Deus lhe havia ordenado; e o Senhor fechou a porta sobre eles” (Gn 7.13-16). Fica bem claro que animais, répteis e aves, foram a Noé, na arca, no dia em que o Senhor Todo - poderoso os enviou.

E Deus ordenou ainda a Noé: “Leva contigo de tudo o que se come, junta-o contigo; ser-te-á para alimento, a ti e a eles” (Gn 6.21). A área total da arca era de 16.200 m². Eram três os pavimentos, cada um com 5.400 m². Comportavam muito bem os animais. Ainda mais: nenhum texto bíblico menciona os enxames das águas. Maior abundância há nas águas do que na terra. Os seres das águas já estavam nas águas, eram das águas e nelas continuaram. Que os seres das águas foram preservados, fica claro de Gênesis 7.21: “Pereceu toda carne que se movia sobre a terra, tanto de aves como de animais domésticos e animais selváticos, e de todos os enxames de criaturas que povoam a terra e todo homem”. E o verso 22 de Gênesis 7 confirma o anterior: “Tudo o que tinha fôlego de vida em suas narinas, tudo o que havia em terra seca, morreu”.

E os animais, os répteis e todas as aves ficaram com Noé até baixarem as águas do dilúvio.

2.4.9. Na Tradição dos Povos

O dilúvio, exatamente como afirma a Bíblia, foi uma catástrofe universal. “A primeira evidência de sua realidade a ser notada é a das tradições sobre o dilúvio. A narrativa do dilúvio no Gênesis não é a única do gênero. Tradições semelhantes encontram-se em quase todas as tribos da raça humana. E o que se deveria esperar. Se aquela terrível catástrofe mundial, conforme descrita pela Bíblia, realmente aconteceu, a existência das tradições sobre o dilúvio entre os povos primitivos extensamente afastados uns dos outros é exatamente o que se deveria esperar”. A suposição é que as tradições sobre o dilúvio foram transmitidas de pais a filhos, durante gerações sem conta.

Essas narrativas, é possível, entraram a fazer parte de algumas regras religiosas. As cerimônias religiosas ligadas a tais tradições conforme se encontram no Egito, no México e algumas tribos americanas só podem ser aplicadas à luz de um dilúvio universal. Esta horrível catástrofe deixou uma indelével impressão na mente dos homens, antes que se espalhassem pela terra.

Tais tradições foram modificadas através dos séculos e receberam influência dos costumes diversos de povos onde viveram. Apesar das modificações, a verdade central ficou, em quatro aspectos principais: 1) Houve uma destruição universal da raça humana e de todos os outros seres vivos por meio de água; 2) Uma arca ou navio, foi o meio para preservar a raça humana; 3) Uma minoria foi poupada com a finalidade de preservar a raça humana; 4) A maldade humana como causa determinante do dilúvio.

Nas coletâneas das tradições sobre o dilúvio, devemos notar que, os homens que empreenderam essa elogiável tarefa, não estavam interessados na verdade bíblica e sim em colecionar mitos. Dr. Johannes Riehl diz: “Entre todas as tradições não há nenhuma tão generalizada, tão difundida sobre a terra, e tão capaz de provar o que pode resultar do mesmo material de acordo com as diversas características espirituais de um povo, como a tradição do dilúvio. Longas e meticolosas discussões com o Dr. Kunike convenceram-me da evidente correção de seu ponto de vista de

que o fato do dilúvio é admissível porque, com base em todos os mitos, particularmente os mitos da natureza, há um fato real, mas que nos períodos subseqüentes o material assumiu sua forma e caráter mítico atual”.

O número de tradições sobre o dilúvio, por ordem geográfica, são: a) da Pérsia = 20; b) da Europa = 5; c) da África = 7; d) da Austrália = 10; e) das Américas = 46.

Será dado, a seguir, não a narrativa completa das 88 versões do dilúvio, mas algumas apenas, para nos inteirarmos da verdade do grande fato de repercussão universal.

2.4.9.1. Índios Americanos

Os índios Papagos do Arizona, bem como os Arapaos, os Algonquins do extremo nordeste do continente americano, conservam interessantes tradições sobre um dilúvio destruidor.

“Existem ainda outras partes da América nas quais a tradição do dilúvio é ainda mais diferente do que entre as florestas do Orinoco. Herrera, um dos historiadores espanhóis da América, conta que até mesmo entre os nativos brasileiros mais bárbaros há algum conhecimento do dilúvio que foi geral; que no Peru os velhos índios contavam que, muitos anos antes de existirem os incas, todas as pessoas se afogaram num grande dilúvio, salvando-se seis pessoas, os progenitores das raças existentes, que se salvaram numa jangada; que entre os mechoachens cria-se que uma única família foi preservada, durante o derramamento das águas, numa arca, com um número suficiente de animais para repovoar o novo mundo; e, mais curioso ainda, que os antigos habitantes de Cuba costumavam contar que um velho homem, sabendo que o dilúvio viria, construiu um grande navio e entrou nele com sua família e muitos animais; e que, enfasiado com a continuação do dilúvio, mandou que saísse um corvo, o qual primeiro não voltou, alimentando-se dos corpos mortos, mas que depois voltou trazendo um galho verde”.

2.4.9.2. Os Persas

Os persas tinham uma tradição que dizia que o mundo fora corrompido por Ahrimã, o Príncipe das Trevas. Foi necessário cobri-lo com um dilúvio para lavar suas impurezas. A chuva caiu em gotas tão grandes quanto a cabeça de um boi, e o dilúvio elevou-se até a altura de um homem acima da terra, de modo que todas as criaturas de Ahrimã foram destruídas.

2.4.9.3. Caldéia

Berosus, um sacerdote caldeu, contemporâneo de Alexandre, o Grande, compilou uma história dos caldeus baseada em antigos registros e tradições dos caldeus, para Seleucus Nicator, seu rei. Neste registro conta a seguinte lenda: No reinado de Xisuthros, o décimo rei da Babilônia, houve um grande dilúvio. Antes disto, o deus Kronos apareceu ao rei num sonho e o advertiu de que no décimo quinto dia do mês Daisios, todos os homens pereceriam através de uma enchente. Ele lhe disse que escrevesse uma história do mundo desde o começo e que a enterrasse na cidade do Sol em Sippara e então construísse um navio para ele, sua família e seus amigos mais queridos, que colocasse provisões de alimentos e bebidas no navio e que levasse animais selvagens e aves e quadrúpedes, preparando tudo para a viagem. E quando Xisuthros perguntou em que direção deveria navegar, foi informado: - Na direção dos deuses, - e ele foi incentivado a orar que o bem fosse concedido ao homem. Xisuthros obedeceu e construiu um navio de cinco estádios de comprimento por dois de largura, cerca de três mil pés de comprimento por mil e duzentos pés de largura. Reuniu tudo o que lhe fora ordenado e embarcou com sua esposa, seus filhos e amigos íntimos. Tendo chegado o dilúvio e tendo diminuído, Xisuthros soltou algumas das aves. Estas, não encontrando alimento nem lugar para pousar, voltaram ao navio. Alguns dias depois, Xisuthros enviou-as novamente, mas retornaram novamente ao navio com os pés cheios de lama. Quando foram soltas na terceira vez, não retornaram mais. Foi assim que Xisuthros ficou sabendo que a terra se encontrava à vista novamente. Abriu um buraco no teto do navio e viu que se encontrava sobre uma montanha. A seguir desembarcou com sua esposa, filha e o piloto, levantou um altar e sacrificou aos deuses, e ao mesmo tempo desapareceu com aqueles que o acompanhavam.

Enquanto isto, aqueles que permaneceram no navio, não vendo Xisuthros retornar, desembarcaram e começaram a procurá-lo, chamando por seu nome. Nunca mais viram Xisuthros, mas ouviram uma voz do céu advertindo-os que fossem piedosos para com os deuses, como ele fora de fato, recebendo a recompensa de sua piedade sendo levado vivo para a companhia dos deuses com sua esposa, filha e o

piloto do navio. A voz também lhes disse que retornassem à Babilônia e que lá, seguindo os decretos do destino, desenterrassem os escritos de Sippara tornando-os conhecidos entre os homens. A voz acrescentou dizendo que a terra onde se encontravam era a Armênia. Tendo ouvido a voz, sacrificaram aos deuses e retornaram a pé para a Babilônia. Do navio de Xisuthros, que repousou na Armênia, pedaços ainda se encontram nas montanhas da Armênia, e peregrinos trazem betume que raspam de suas ruínas, que usam como proteção contra magia. Os companheiros de Xisuthros foram para a Babilônia, desenterraram os escritos depositados em Sippara, estabeleceram numerosas cidades, construíram templos e restauraram a Babilônia”.

2.4.9.4. Egito

Manetho, que viveu cerca de 250 a.C. e escreveu a antiga história dos egípcios, conta que houve uma catástrofe mundial na qual alguém chamado Toth foi salvo. Antes do cataclisma, Toth escreveu sobre uma laje de pedra em língua sagrada os princípios de todo o conhecimento e depois da catástrofe traduziu a obra para a língua comum. Com a tradição do Dilúvio os egípcios ligaram a homenagem prestada aos mortos, que era feita numa cerimônia, na qual o sacerdote colocava a imagem de Osíris numa arca sagrada e a lançava ao mar, a qual era observada até desaparecer de vista. Esta cerimônia foi realizada no dia décimo sétimo de Athyr, que corresponde à data apresentada na narrativa mosaica do Dilúvio.

2.4.9.5. Frigia

Na antiga cidade de Apamea na Frigia, havia uma coluna na qual se encontrava gravada a figura de uma arca que, de acordo com a tradição repousará exatamente naquele lugar. Encontrou-se também uma moeda que tinha um dos lados a figura de uma arca com a porta aberta e uma figura patriarcal recebendo uma ave que voltava. No outro lado da moeda encontra-se um homem com sua esposa saindo da arca. Na arca encontra-se o nome “Noé”.

2.4.9.6. Grécia

Os gregos tinham a seguinte tradição: Prometeu tinha um filho que reinava na Fitia e que era casado com Pirra, filha de Epimeteus e Pandora. Desejando Zeus destruir a humanidade, Deucalião, avisado por Prometeu, fez um cofre, ou caixa, na qual colocou todas as coisas necessárias à vida e na qual entrou com Pirra. Zeus fez cair uma grande chuva, que inundou a maior parte da Grécia. Deucalião, sendo jogado

pelo mar durante nove dias e nove noites, finalmente foi parar na praia de Parnasso. Cessando a chuva, saiu do seu cofre e ofereceu um sacrifício a Zeus, que mandou Hermes lhe perguntar o que desejava. Respondeu que desejava povoar a terra. Por ordem de Zeus, ele e sua esposa jogaram, então, pedras para trás. As que foram jogadas por Deucalião tornaram-se homens, enquanto que aquelas jogadas por Pirra tornaram-se mulheres.

2.4.9.7. Ovídio

Poeta romano, que viveu no tempo de César Augusto, preservou o dilúvio, em sua famosa obra conhecida como “Metamorphoses”.

2.4.9.8. Gilgamés

Layard era um diplomata inglês no Iraque, onde outrora existiram Assíria e Caldéia. Animado com as escavações do francês Botta em Corsabá, nas horas vagas do seu trabalho, começou a escavar em lugar conhecido como Kuiundjik e descobriu Nínive, a capital do Império Assírio. Layard começou o seu trabalho arqueológico no outono de 1849. Descobriu, em primeiro lugar, o palácio de Assurbanipal. Este famoso monarca, posto no trono por sua avó Nakiia, reinou de 668 a 628 a.C. Assurbanipal fundou uma famosa biblioteca. Já possuía um acervo considerável de tabuinhas de obras celebres e mandou copiar, em todo o seu vasto império, tudo o que fosse precioso. Mandou a Babilônia seu fiel servidor Schadunu com as seguintes ordens: “No dia em que receberes a minha carta, toma contigo Schuma, seu irmão Bel-etir, Aplá e os artistas de Borsippa que conheceres e reúne as tabuinhas, todas quantas existirem em suas casas e todas quantas houver no templo de Ezida... procura e traz-me as preciosas tabuinhas de que não haja transcrições na Assíria... . Assurbanipal, que ganhou o título de “rei arqueólogo”, formou uma biblioteca com milhares e milhares de tabuinhas com os relatos literários mui preciosos. E Layard encontrou o ninho dessa vasta cultura. Tendo de retirar-se para a Inglaterra, o governo britânico nomeou para substituí-lo, o caldeu cristão Harmurd Rassam.

Milhares dessas tabuinhas foram enviadas para a Inglaterra. George Smith, nascido em 1840 em Chelsea, perto de Londres, era gravador de cédulas de dinheiro. Tornou-se um arqueólogo amador e decifrou o poema de Gilgamés.

O poema fazia parte de uma coleção de 12 tabuinhas. Copiada no século VI a.C. por ordem de Assurbanipal. Escrita originalmente no tempo de Hamurabi (1900 a.C.). É

um poema heróico. Escrito em acádico. Há indícios de que o poema de Gilgamés foi transcrito, pelo menos partes, para o hitita, e para o egípcio.

2.4.9.9. Na Geologia

A teoria conhecida como o CHOQUE DAS CONCHAS, de Cesare Emiliani, baseia-se no material colhido no Golfo do México. Misturado com esse material estavam carapaças de um minúsculo plâncton unicelular chamado Foraminicefero. Estes protozoários registram o grau de salinidade e a temperatura da água. Por esse meio soube-se que as águas do Golfo do México receberam, num certo período, uma enorme massa de água doce proveniente do degelo da calota polar. Isso determinou grandemente o nível dos mares.

2.4.9.10. Na Arqueologia

C. Leonard Woolley desenterrou Ur dos Caldeus, pertencente à adiantadíssima civilização sumeriana. Descobriu, nas escavações, entre maravilhosos tesouros de cultura, o cemitério real de Ur. Em duas temporadas (1927-28 e 1928-29), uma vez concluídas as escavações do cemitério real, os trabalhadores limparam as ferramentas e disseram a Woolley: “pronto, chegamos ao fim”. E Woolley prosseguiu ... E logo ao examinar os bordos do poço, inclinei-me a dar-lhes razão; a seguir, dei-me conta de que nos encontrávamos alto demais. Não era concebível que a ilha em que edificaram a primeira cidade estivesse num nível tão elevado comparado com o que deve ter sido o nível do pântano; determinei medidas e ordenei que os operários aprofundassem o poço. A argila continuou limpa. Encontramos um osso, que deve ter sido arrastado com a argila do curso superior do rio.

A espessura da argila atingiu a dois metros e meio. Repentinamente, tudo mudou. Terminou a argila limpa e outra vez nos encontramos com resíduos misturados com utensílios de pedra, fragmentos de pederneiras com que se lavrava ferramenta e objetos de cerâmica.

“Exatamente aqui houve uma mudança notável. Em lugar dos jarros que encontramos na parte superior da argila e das sepulturas, apareceram fragmentos dos objetos feitos e pintados à mão, característicos da aldeia pré-sumeriana de Ubaid; e os objetos de pederneiras, evidentemente foram fabricados aqui, eram

semelhantes aos de Ubaid. Isto contribuiu também para diferenciar este extrato de outros superiores, onde raramente se encontrou pederneira. Na grossa camada de argila marcava, se é que não foi sua causa, uma interrupção na continuidade da história.”

Woolley encontrou no meio das pederneiras um tijolo de argila cozida, diferente no tamanho e na forma de todos os encontrados nas camadas superiores. Pertencia, sem dúvida alguma, a um período desconhecido. Era mais antigo dos que tínhamos encontrado até então. Ficou demonstrado, então, que na época de mistura cultural, Ur não era, como Ubaid, uma aldeia de casinhas de barro e de palha, mas uma cidade de edifícios permanentes, solidamente construídos, berço de um povo civilizado.

Woolley disse que entendeu logo que a grossa camada de argila fora depositada por uma inundação sem paralelo na história. Nenhum rio, por grande que fosse, nem inundação pequena, podia ter deixado aquele banco de argila. Isto marcou uma interrupção no curso da história local. Nessa argila se esconde uma civilização que existiu, mas desapareceu. Encontramos nessa camada de argila, sem dúvida alguma, as provas do dilúvio. Woolley mandou cavar a 275 m a noroeste de onde explorava, e lá estava o mesmo banco de argila. “E debaixo da argila, estavam pederneiras e vasos pintados dos habitantes pré-sumerianos. A uns cinco metros abaixo de um pavimento de tijolos, que podíamos determinar com certeza, uma data correspondente a uma época não posterior à das sepulturas reais, deparamo-nos às ruínas da cidade de Ur, que existiu antes do dilúvio”.

2.4.10. Onde Está a Arca de Noé?

No século passado, muito antes que Botta, Layard, Koldwey ou Woolley pisassem no solo da Mesopotâmia, algumas expedições foram organizadas com a finalidade expressa de escalar o Ararate para encontrar a arca.

Plantada no sopé do Ararate há uma aldeia Armênia chamada Bayzit, cujos habitantes freqüentemente se referiam à estória de certo pastor, que dizia ter visto no Ararate, os restos de um colossal navio.

Em 1833 o governo turco organizou uma expedição que escalou partes do Ararate e trouxe relatório parecendo confirmar a estória do pastor que, no verão, podia-se ver a carcaça de um navio.

Dr. Mouri, dignatário eclesiástico de Jerusalém e Babilônia, em 1892, visitando as nascentes do Eufrates, diz ter visto os restos de um navio. Em plena vigência da Primeira Guerra Mundial, um aviador russo, chamado Roskowitzki, diz ter visto restos de um navio. Nicolas II, não perdeu tempo, sem levar em conta a guerra, enviou para o Ararate uma expedição que viu a arca e a fotografou. Aconteceu, porém, que todos os documentos dessa expedição desapareceram durante a revolução de outubro. Com a ocupação russa da região, nenhuma tentativa se fez mais no sentido de averiguar os fatos propalados.

Fernando Navarra, um espanhol, na companhia de seu filho Rafael, fez três viagens ao Ararate: 1952, 1953 e 1954. Diz ter encontrado a arca trouxe pedaços de madeira tiradas da arca, que foram submetidos a provas de laboratório e constatado ser verdadeira a sua versão.

O fato real, entretanto, é que nunca foi encontrada a arca. Foi do agrado de Deus fazê-la desaparecer, como desapareceu a Arca da Aliança do Senhor. E não faz falta. Cumpriu sua finalidade e desapareceu.

2.4.11. As Lições do Dilúvio

Naturalmente, são infinitas as lições que o dilúvio nos ensina. Vamos pensar apenas em algumas:

- 1) O dilúvio nos fala da obstinação humana que amou mais o pecado do que a Deus.
- 2) O dilúvio nos fala da desobediência e rebelião do coração humano.
- 3) Todo pecado será castigado.

4) “De Deus não se zomba, pois aquilo que o homem semear, isto também ceifará”.

5) O dilúvio nos fala da disposição de Deus em não apanhar o pecador de surpresa.

6) O dilúvio nos fala que Deus galardoa o justo. Noé foi premiado.

7) Noé foi salvo pela fé (Hb 11.7).

8) Os anos que Noé gastou construindo a arca, foram tempos de oportunidade para o homem se arrepender e deixar os seus pecados.

9) O tempo que precederá a volta de Jesus será semelhante aos dias que antecederam o dilúvio, como afirmou o Senhor Jesus em Lucas 17.26, 27.

a) como lá não houve preparo, aqui também não haverá;

b) como lá desprezaram a Deus, aqui será o mesmo;

c) como lá não creram na Palavra de Deus, aqui também não crerão;

d) como lá se distraíram, aqui está acontecendo o mesmo;

e) como lá pereceram, aqui também perecerão.

10) Deus não mais destruirá este mundo com água; tudo está reservado para o fogo (2Pd 3).

2.5. O longo dia de Josué (10.12-14)

O Livro de Josué registra vários milagres, mas nenhum deles tem sido considerado tão notável e debatível como aquele que se vincula à prolongação em vinte e quatro horas do dia no qual se travou a batalha de Gibeom. Uma objeção tem sido levantada de que se a terra realmente tivesse deixado de girar durante um período de vinte e quatro horas, catástrofes inconcebíveis teriam ocorrido no planeta inteiro, afetando todas as coisas na sua superfície. Enquanto as pessoas que crêem na onipotência de Deus dificilmente conceberiam que Deus não poderia ter evitado tais desastres, interrompendo as leis físicas que poderiam ter causado tais danos, não parece ser absolutamente necessário (na base do texto hebraico) entender que o planeta inteiro tivesse sofrido uma interrupção súbita da sua rotação. O versículo 13 declara que o sol “não se apressou a pôr-se, quase por um dia inteiro”. As palavras “não se apressou” parecem indicar um retardamento do movimento a tal ponto que a rotação tivesse levado 48 horas e não 24. Apoiando esta interpretação, pesquisas revelam que iões egípcias, chinesas e hindus conservam antigas narrativas dum dia prolongado. Blackr e Harry Rimmer relatam que certos astrônomos chegaram a conclusão de que falta um dia inteiro em nossos cálculos astronômicos. Rimmer declara que o Professor Pickering do Observatório de Harvard fixou este dia num período que coincidiria com a época de Josué; Dr. Totten de Yale, igualmente, conforme Rsmm, CVSS 159. Ramm declara, porém, que não pode achar qualquer documentação para substanciar esta notícia. Outra possibilidade tem sido deduzida, duma interpretação ligeiramente diferente da palavra *dôm*, que tem sido traduzida, “detém-te”. O verbo usualmente significa “calar-se”, “cessar”. Dr. E. W. Maunders de Greenwich, e Robert Dick Wilson de Princeton entendem que a oração de Josué seria uma petição para que o sol cessasse de espalhar seu calor sobre suas tropas, para que pudessem levar adiante a batalha com condições mais favoráveis. A chuva de pedras tremendamente destrutiva que acompanhou a batalha dá algum motivo para crer-se neste ponto de vista, que tem sido apoiado por homens de inquestionável ortodoxia. Apesar disto, precisa ser reconhecido que o v. 13 parece indicar um prolongamento do dia: “O sol, pois, se deteve no meio do céu (na metade do seu percurso), e não se apressou a pôr-se, quase um dia inteiro”.

O Comentário Bíblico do Antigo Testamento de Keil e Delitzsch sugere que a prolongação sobrenatural do dia teria acontecido se, para Josué e todos os israelitas, parecesse sobrenaturalmente prolongado, a ponto de lhes permitir concluir nele o trabalho de dois dias. Teria sido muito difícil para eles medir o tempo se o próprio sol não tivesse se movimentado (isto é, se não tivesse havido nenhuma rotação da terra) no ritmo normal. Acrescentam outra possibilidade, de que Deus tivesse produzido uma prolongação óptica da luz do sol, no sentido de refrações especiais dos raios, tornando-a visível depois do horário do pôr do sol.

No Novo Comentário da Bíblia, o (Davidson-Stibbs-Kevan), o comentarista Hugh J. Blair sugere que a oração de Josué tenha sido proferida cedo de manhã, sendo que a lua estava no oeste e o sol no leste. A resposta veio na forma duma chuva de pedras que prolongou a escuridão, facilitando assim o ataque de surpresa feito pelos israelitas. Na escuridão da tempestade, portanto, a derrota do inimigo se completou. Devemos, pois, falar da “noite comprida” de Josué, e não do “dia comprido” de Josué. Isto, por certo, é essencialmente o mesmo ponto de vista de Maunders e Wilson Tal interpretação não exige que a terra tivesse sido parada na sua rotação, mas dificilmente se enquadra na declaração em 10.13, sendo, portanto, de valor duvidoso.

2.6. Jonas

O nome Jonas (Yōnāh) quer dizer “pombo”. Este profeta é mencionado em 2 Reis 14.25 como sendo aquele que predisse que as conquistas de Jeroboão II (793-753) teriam grande alcance - profecia muito do agrado dum patriota tão sério como ele era. Sua cidade natal era Gate-Hefer, na tribo de Zebulom, no norte de Israel. Seu ministério profético parece ter começado pouco antes do reinado de Jeroboão, ou pelo menos antes deste rei brilhante ter conseguido alguns dos seus triunfos militares mais marcantes. O tema da sua profecia (que é realmente uma biografia mais do que um discurso em forma de sermão) é que a misericórdia e a compaixão de Deus se estendem até às nações pagãs, na condição de se arrependerem. É, portanto, obrigação dos israelitas testificar perante elas da fé verdadeira; negligenciar esta tarefa pode levar a nação, como foi o caso do próprio Jonas, às águas profundas da aflição e do castigo. Do ponto de vista profético, a experiência de Jonas ao ser enterrado vivo no estômago da baleia serve como protótipo do enterro e da ressurreição do Senhor Jesus (Mt 12.40).

2.6.1. Objeções Históricas Contra sua Autenticidade

Para apoiar esta teoria do caráter quase-histórico, ou mesmo alegórico do Livro de Jonas, levantam-se pelo menos quatro objeções contra a credibilidade da narrativa bíblica aqui registrada. Cada objeção será estudada aqui pela ordem, com as fraquezas específicas do argumento, devidamente indicadas.

- 1) Tem sido dito que era inconcebível que um rei da Assíria pudesse ter sido chamado “rei de Nínive” apenas, por um autor hebraico vivendo no período assírio.

Só um escritor que vivia numa época bem posterior, muito depois do desaparecimento da Assíria, teria empregado tal terminologia. Mas esta maneira de tratar o uso que Jonas fez do título “rei de Nínive” dificilmente pode ser considerada satisfatória. Nenhum autor antigo que se tenha referido a Nínive em qualquer registro que sobreviveu até nós (em acadiano, hebraico, grego ou latim) parece ter ignorado ser Nínive capital do império assírio. Seria uma atitude simplória querer crer que um autor, vivendo no ano 430 a.C., supusesse que o rei de Nínive não fosse também o rei da Assíria. Certamente os autores gregos, tais como Heródoto no quinto século e Xenofonte no quarto século, conheciam bem o império assírio, e Heródoto, pelo menos, sabia que Nínive era sua capital. Devemos, portanto, procurar outra explicação deste título “rei de Nínive” no terceiro capítulo de Jonas. A linguagem hebraica bem atestada nos Livros históricos do Antigo Testamento oferece boas analogias para este título. Por exemplo, embora seja declarado que Acabe era rei de Israel (do Reino do Norte inteiro, portanto), ocasionalmente é chamado “rei de Samaria” (1 Reis 21.1), sendo que Samaria era a capital do reino. Da mesma forma, Bem-Hadade era bem conhecido como rei da Síria, para o autor das Crônicas (Aram), mas nem por isso deixou de chamá-lo “rei de Damasco” em certas ocasiões (2 Cr 24.23). Mais uma vez, o nome da cidade capital foi empregado no título real. A expressão de Jonas, “rei de Nínive” é uma maneira paralela de se escrever, conforme os exemplos supra.

2) Insiste-se, também, que Nínive é descrita com o verbo no passado (hāyetah - “era”), em 3.3. Isto indicaria, decerto, que a cidade não existia mais; senão, o autor teria dito, “E Nínive estava sendo (tihyeh) uma cidade grande”. Reconhece-se que o autor poderia ter mencionado o tamanho da cidade com o verbo no imperfeito (tihyeh) se quisesse; mas evidentemente seu propósito especial naquela altura da narrativa era enfatizar o fato que Nínive já se tinha transformado numa cidade de grandes proporções (e provavelmente estava maior ainda na data da composição do Livro, ou seja, em 760 a.C.) A única maneira de se exprimir este pensamento “viera a ser”, era por meio do tempo perfeito, hāyetah.

3) O tamanho enorme atribuído a Nínive seria obviamente um elemento fabuloso na narrativa. O autor declara que levou três dias para atravessar a cidade, por causa das suas vastas dimensões (3.3, 4). Mas deve ser notado que o texto não diz realmente que Jonas levou três dias a percorrer Nínive sem parar. Só declara que levou três dias ao passar por ela na sua missão de pregador. Pregador nas esquinas das ruas exige uma parada de certo tempo em cada lugar onde se prega a mensagem. Três dias realmente não seriam um período longo demais para completar esta tarefa numa cidade que pode ter contido até 600.000 habitantes (a

julgar pelo número de 120.000 crianças sugerido em Jonas 4.11) no oitavo século. Acrescenta-se a população dos subúrbios, que naturalmente pode ter sido considerável. A distância toda através do distrito administrativo de Nínive era de 50 a 100 km? Pelo contexto, é justo supor-se que a frase “caminho dum dia” (mahalak yôm 'ehād) se referisse àquela parte da metrópole que conseguiu cobrir enquanto fazia uma pausa para pregar em cada ponto vantajoso donde poderia atrair a atenção do povo.

4) Declara-se ser inconcebível que qualquer cidade pagã como Nínive pudesse ter-se arrependido tão rapidamente e de maneira tão geral em resposta à exortação dum estrangeiro desconhecido vindo dum país pequeno e distante. O decreto do rei de que todos os habitantes devessem vestir-se de pano de saco, vestindo até os animais com os símbolos de luto, seria nada menos do que absurdo. Isto, também, deve ser considerado como elemento de fábula. Precisa ser reconhecido, porém, que tal resposta da parte duma população pagã era nada menos do que milagre, mas a narrativa explica com clareza que a vontade e o poder do Deus onipotente estavam por trás de todo o acontecimento. Não teria havido muita razão de ser, a insistência de Deus que Jonas fosse a Nínive se Ele mesmo não estivesse disposto a tornar eficaz a pregação do profeta. Quem pode definir limites ao poder do Espírito Santo em convencer pessoas quando Sua verdade está sendo pregada? Se os ninivitas tivessem ficado apreensivos com uma destruição geral que envolveria a cidade inteira, inclusive os animais domésticos, e não somente os habitantes humanos, não seria mais apropriado, do ponto de vista deles, revestir os próprios animais com tais símbolos de contrição?

Além de tais considerações teóricas, há também algumas evidências históricas que durante o ministério de Jonas, havia épocas durante as quais teria ele achado uma atmosfera muito favorável às suas mensagens monoteístas. É provável que o rei de Nínive e de Assíria naquela época fosse Adade-Nirari III (810-783 a.C.). É sabido que este rei confinou sua adoração ao deus Nebo exclusivamente, tendo avançado mais na direção da monolatria do que quaisquer outro ocupante do trono da Assina. Em segundo lugar, Steinmueller (CSS, Vol. II, p. 289) sugeriu que se Jonas tivesse chegado em Nínive um pouco mais tarde, durante o reinado de Assurdã III (771-754), teria achado a população psicologicamente disposta a aguardar uma catástrofe total, porque uma praga severa sobreveio à cidade em 765, e tinha havido um eclipse total do sol em 15 de junho de 763. Seguiu-se outra praga em 759.

2.6.2. Argumentos Lingüísticos

As pessoas que apóiam uma data pós-exílica para Jonas, apelam normalmente para um sortimento de alegados aramaísmos que ocorrem em vários pontos no texto.

1) Em 1.5 ocorre a palavra sephinah, “navio”, ao invés da palavra hebraica mais comum 'oniyyah. Sefinah é comum em aramaico, mas na Bíblia hebraica, só ocorre aqui. Mesmo assim, é obviamente uma derivação da raiz hebraica sâphan, “cobrir”, que ocorre freqüentemente no Antigo Testamento, e também nas inscrições fenícias (sem, porém, ocorrer como verbo nas inscrições e outros documentos em aramaico). Podemos concluir que esta expressão originalmente significava um navio coberto, ou equipado com um convés, e que a língua aramaica pode ter emprestado a palavra da língua cananita.

2) Em Jonas 1.6 surge o verbo 'āshat (na forma do hitpael) que significa “lembrar-se”. Na língua aramaica, este verbo ocorre em textos tão antigos como os Papiros de Elefantina. Um substantivo relacionado com este verbo ocorre em Cantares 5.14 com o significado de “artefato”; 'āshtōt (ou talvez o singular, 'ashtut) ocorre em Jó 12.5 como “pensamento, opinião”. O verbo, portanto, não ocorre nem em siríaco ou em aramaico cujo sentido se emprega em Jonas, isto é: “lembrar-se”.

3) A partícula relativa she (“quem, qual”) aparece na sua forma simples em Jonas 4.10, e aparece em duas palavras compostas, em 1.7 beshellemi (“por causa de quem”) e beshelli (“por causa de mim”) em 1.12. Estritamente falando, isto dificilmente pode ser considerado como aramaísmo, visto que she não é uma palavra aramaica; apesar disto, no hebraico de épocas posteriores, veio a ser empregado de maneira semelhante à partícula aramaica di. Porém, segundo o que este autor sabe, a partícula di nunca ocorre no aramaico da era pré-cristã depois da preposição be, significando “por causa de”. De outro lado, she ocorre já no tempo dos juízes no cântico de Débora (Jz 5.7), o qual de modo interessante foi composto por um nativo da Galiléia do norte (como Jonas era). Deve-se notar também que she ocorre freqüentemente nas inscrições fenícias (juntamente com a forma mais comum '-sh) e há uma boa possibilidade de que os marinheiros do navio que levou Jonas fossem de origem fenícia; há, portanto, toda probabilidade que esta partícula tivesse ocorrido na sua conversação.

Há outros alegados aramaísmos que dependem de provas ainda mais tênues. Por exemplo, o verbo hetil, “jogar” (Jonas 1.5, 12), ocorre em Jó, Salmos, Provérbios, Jeremias e Ezequiel, não podendo, portanto, ser considerado uma prova de autoria

de data avançada. Quanto a *qerí'ah* ("pregação"), este substantivo é formado duma raiz que pertence tanto ao hebraico como ao aramaico, apesar do substantivo ocorrer só na Bíblia hebraica. Mais uma palavra merece comentário especial: *ta'am*, que significa "edito, decreto". A palavra é comum no hebraico, com o significado de "gosto" ou "compreensão", mas só ocorre aqui no sentido governamental (Jonas 3.7). Relaciona-se, portanto, de maneira óbvia, à palavra assíria *temu*, que tem o mesmo significado, e Jonas talvez a tenha empregado como uma reminiscência da mesmíssima palavra empregada no texto do decreto do rei de Nínive. (Assim também se emprega em Esdras 6.14, uma passagem aramaica que cita um decreto do rei da Pérsia).

Tendo em vista as vigorosas objeções dos racionalistas à historicidade de Jonas, seria apropriado fazer aqui alguma. Referência às declarações do Senhor Jesus, registradas no Evangelho. Segundo Mateus 12.40, 41, Cristo Se referiu a dois eventos mais abertamente rejeitados pela crítica moderna como sendo fábulas: a preservação de Jonas no estômago do grande peixe, e a eficácia da sua pregação ao levar os ninivitas ao arrependimento. Em Mateus 12.40, Cristo diz: "Porque assim como esteve Jonas três dias e três noites no ventre do grande peixe, assim o Filho do homem estará três dias e três noites no coração da terra". Se a história de Jonas tivesse sido mera ficção, então, o sepultamento de Cristo na Sexta-Feira Santa, até a Ressurreição no Domingo de Páscoa, também seria ficção; não havendo portanto qualquer base para a comparação: ("assim como ... assim"). Este é especialmente o caso quando se trata de tipo e antítipo. Em todas as outras instâncias, ao referir-se nas Escrituras sobre algum acontecimento típico do Antigo Testamento (por exemplo, João 3.14; 1 Coríntios 10.1-11), trata-se sempre dum episódio histórico. Não há qualquer evidência objetiva que Jesus de Nazaré tivesse considerado esta experiência de Jonas como não sendo um fato histórico.

Lemos, em seguida, em Mateus 12.41: "Ninivitas se levantarão no juízo com esta geração, e a condenarão; porque se arrependeram com a pregação de Jonas. E eis aqui está quem é maior do que Jonas". Nada poderia ser mais claro do que o fato de que Cristo estava repreendendo Seus contemporâneos pela sua falta de fé, ao demonstrar que nem sequer estavam à altura dos pagãos na antiga cidade de Nínive, que nem tinham Bíblia. Mas se, como fato histórico, nunca houve aquele arrependimento dos ninivitas ao aceitarem a pregação de Jonas, então, a declaração de Cristo é falsa, e Sua repreensão sem fundamento.